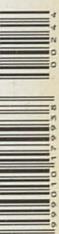


ENTREVISTA EXCLUSIVA COM HUGO CHÁVEZ

www.etm.com.br

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

R\$ 5,90

ISSN 0101-7993


244



LULA PRESIDENTE UMA VITÓRIA HISTÓRICA

ABRINDO UM NOVO CICLO NA POLÍTICA
DO PAÍS, GOVERNO ELEITO TERÁ
QUESTÕES SOCIAIS COMO PRIORIDADE

EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA

ENCICLOPÉDIA DO
MUNDO
CONTEMPORÂNEO

 **ESTATÍSTICAS**
E INFORMAÇÕES
COMPLETAS DE
TODOS OS PAÍSES
 **DO PLANETA**

EDITORA

 TERCEIRO MILÉNIO

PUBLIFOLHA

PREÇO: R\$65,00

* Frete não incluído

Nova edição revista e atualizada 2002/2003

FAÇA SEU PEDIDO Tel: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455
E-mail: assinaturas@etm.com.br



Triunfo da esperança

Seria difícil dimensionar a expressão da eleição de Lula para presidente do Brasil em poucas palavras. A vitória do ex-sindicalista representa muito para a história brasileira. Mais do que isto, mostra a possibilidade da mudança, da construção de uma ordem alternativa, onde o ser humano seja prioritário.

Nestes mais de 500 anos, o poder no Brasil esteve sempre nas mãos das elites econômicas. Desde a dominação dos portugueses, jamais um representante das classes populares alcançou o mais importante cargo político do país.

A desconfiança que marcou as tentativas anteriores de Lula, assim como o terrorismo eleitoral praticado por seus adversários, foram superados. O povo brasileiro, cansado de um modelo político e econômico que interrompeu o crescimento e aumentou as desigualdades sociais, optou por um projeto alternativo, pela esperança de construir algo novo.

Como muitos analistas vêm afirmando, não será fácil para Lula cumprir com seus principais compromissos. Ele

enfrentará pressões internacionais, ameaças internas sobre as consequências das mudanças, e o oportunismo das velhas oligarquias. Mas, certamente, já é um grande passo quando um presidente, antes mesmo de sua posse, assume o combate à fome como preocupação principal de seu governo.

As demais nações latino-americanas, após anos de sofrimento, também se tomam de esperança. Torna-se real a possibilidade de, influenciados pela vitória do PT, estes países também levarem ao poder governos populares.

Mais do que uma simples cobertura factual do resultado, esta edição pretende refletir sobre o significado da eleição de Lula, assim como sobre os desafios colocados nesta nova etapa política do país. Depois de todos estes anos comprometida com a informação crítica, como instrumento para a construção de um outro mundo, **cadernos do terceiro mundo** não poderia deixar de ressaltar - com o merecido destaque - a relevância deste momento.

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Alvaro Neiva

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (*in memoriam*) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai), e Juan Somavia (Chile)

ASSINATURAS

Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS

Ao preço do último exemplar. Solicitar envio ao **Departamento de Assinaturas**, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE

Matrizes

Rua Conde de Lages, 44 / 509 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455

Correio Eletrônico: etm@etm.com.br

Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações

Rua Teófilo Otoni, 15 - sala 913 - CEP 20090-080 - Centro - Tel.: (21) 2283-1661

São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.

Rua Coronel Ferreira Leal, 201 - 1º andar - Jd Esmeralda - CEP 05589 - 090

Fone/Fax: (11) 3735-4541 / 3731-5114

Correio eletrônico: janio.oliveira@uol.com.br

Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.

Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520 - Tel.: (31) 9618-7417

Brasília/DF: ICZ Comunicações

SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 -

Tel.: (61) 3222034

Porto Alegre/RS: RS Midia

Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros - CEP 91751-620 - Tel.: (51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel.: (21) 3879-7766

VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador - Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459

FOTOS: Agence France Presse (AFP), Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc)

PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÉNIO

Cadernos do Terceiro Mundo (temas políticos e sociais); Ecologia e Desenvolvimento (assuntos ambientais); Revista do Mercosul (informação do bloco econômico); Almanaque Brasil e Encyclopédia do Mundo Contemporâneo (obras de referência)

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080
Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: www.etm.com.br

Filiada à **ANER**

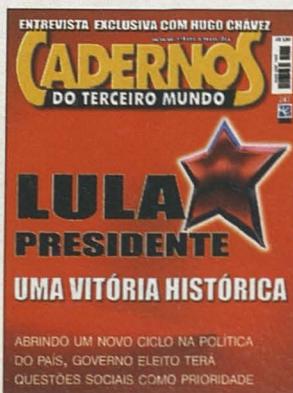


TERCEIRO MILÉNIO

Sumário

Outubro / Novembro 2002 • Nº 244 • Ano XXVI

ISSN 0101-7993



Arte: Mauro C. Alvarenga

4 FRASES

ENTREVISTA

5 Lições aprendidas

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, avalia os efeitos da tentativa de golpe de Estado de abril no cenário político de seu país

8 PLANALTO

BRASIL/Política

30 O povo diz não à Alca

10 milhões de brasileiros rejeitam o acordo da Alca e a entrega da base de Alcântara

BRASIL/COMUNICAÇÃO

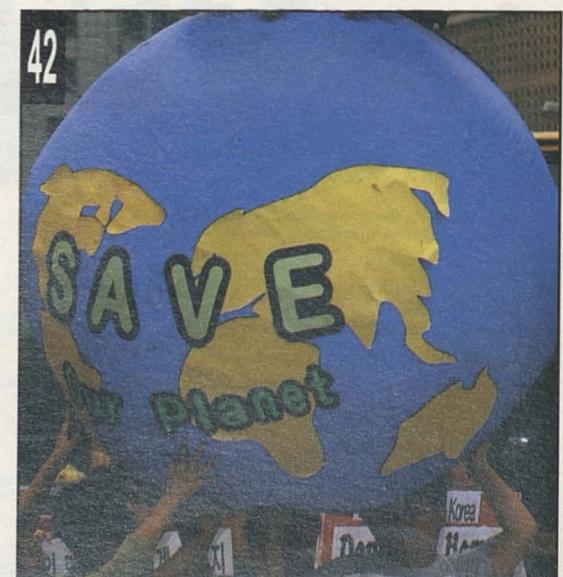
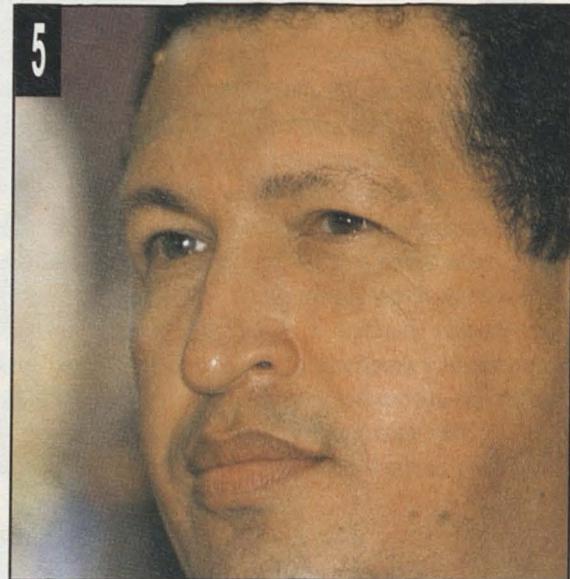
32 Novo jornal, novas perspectivas

Está em elaboração o *Brasil de Fato*, um jornal alternativo de grande tiragem e circulação nacional

BRASIL/EDUCAÇÃO

33 Direito à universidade

Encontro no Rio discute as perspectivas da educação popular no país



Começa um novo ciclo histórico



A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência marca de fato o fim de ciclo iniciado com o regime militar de 1964 e retoma algumas das questões sociais que ficaram pendentes desde a queda do governo de João Goulart

C
A
P
A
10

34 PANORAMA INTERNACIONAL

ÁSIA/NEPAL

38 Rei adia eleições

Sonho de democracia no país, distante novamente

41 ORIENTE MÉDIO/ISRAEL

Sharon em minoria

Trabalhistas rompem coalizão de governo, obrigando o primeiro-ministro a convocar eleições para o início de 2003

42 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/ONU

'Sequestraram a Cúpula'

Obstáculos impostos pelo governo norte-americano e pela OMC dificultam avanços na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

44 CULTURA/INTERNACIONAL

Valorizando a cultura latina

Academia da Latinidade surge com o objetivo de mostrar a riqueza da tradição e da língua

46 DIREITOS HUMANOS/ONU

Intolerância em ascensão

Relator da ONU exortou vários países, inclusive os Estados Unidos, à investigação de denúncias de intolerância contra indivíduos ou grupos, étnica ou religiosamente, minoritários

47 PÁGINA ABERTA

Paradoxos

Ao longo da história, sempre houve contradições, mas hoje a civilização caminha em um rumo que aponta para a inviabilidade da vida no planeta

O que eles dizem...

“O Brasil votou sem medo de ser feliz.”

*Luiz Inácio Lula da Silva,
comentando sua vitória nas eleições presidenciais*

“Ganhar as eleições não foi tão difícil. O difícil será agora. Vamos ter que colocar o sonho em prática.”

Lula, sobre os desafios futuros

“O mercado precisa saber que o povo brasileiro precisa comer três vezes por dia e que tem gente passando fome.”

Lula, sobre sua prioridade

“Se ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão da minha vida.”

Idem

“Ninguém perguntou a nenhum dos presentes se pertence ou se gosta de partido político. Isso aqui não pode ser considerado um clube dos amigos.”

Lula, sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

“Esse desafio é tão importante quanto ganhar a Copa do Mundo.”

Ronaldo, sobre o apoio que dará ao Programa Fome Zero de Lula

“Quando Lula propõe um pacto social, a idéia é que as pessoas não esperem a salvação, mas participem da ação política.”

Marilena Chaui, filósofa

“Não excluo a possibilidade de que ele rompa com esses constrangimentos. Mas não pode ser de forma tarumática, porque o Brasil pode ser levado à falência.”

Celso Furtado, economista

“Vamos esperar que o Brasil encontre seu rumo. Lula vai ter dificuldades com os compromissos tomados até aqui. Mas vamos ajudá-lo.”

Evandro Lins e Silva, jurista

“A vitória de Lula pode ser o começo de uma fase redentora na vida política e social brasileira, se todos nós nos esforçarmos para superar os ângulos parciais em proveito de um esforço comum, a partir do qual será possível esboçar-se um Brasil de igualdade e de liberdade, dentro da democracia efetiva.”

Antônio Cândido, intelectual

“O crescimento de Lula e do PT tem significado histórico. É importante para todo o mundo. É uma consequência direta da aplicação das reformas do FMI, do fundamentalismo de mercado, ao Brasil. Foi a resposta dos brasileiros ao Consenso de Washington.”

Eric Hobsbawm, historiador inglês

“Daqui de Caracas lhe faço chegar em nome do povo da Venezuela esta mão, este coração, esta fé, este amor e esta esperança.”

Hugo Chávez, presidente venezuelano

“Seria grave se o mundo não entendesse a esperança representada por Lula, que não é só do Brasil, mas de todo um continente.”

Massimo d'Alema, ex-primeiro-ministro da Itália

“O triunfo de Lula é importante para o Brasil, mas transcende as fronteiras e sacode a América Latina com um sopro diferente, com um grito de expectativa, reclamando outro destino.”

Felipe González, ex-primeiro-ministro da Espanha

“Acreditamos que a vitória do PT, sobretudo se o governo de Lula for bem sucedido, nos ajudará a conquistar o poder nas eleições de 2004. Temos um relacionamento que começou há 15 anos, e este é o momento de trabalharmos juntos na construção de um projeto alternativo comum, cujo eixo deve ser o desenvolvimento.”

*José Bayardi, deputado da Frente Amplia,
principal organização de esquerda do Uruguai*

“O Brasil é o líder da região, e caberá ao seu presidente eleito comandar um processo de muitas mudanças. Isso significa oportunidades para todos os que defendem a necessidade de mudanças. Aproveitá-las depende da capacidade de cada um. Na Argentina a esquerda está fragmentada e deve aprender a criar novas estratégias, como fez o PT.”

Aníbal Ibarra, prefeito de Buenos Aires

“O Cone Sul volta a ter uma oportunidade histórica em termos geopolíticos e de construção de uma nova democracia e uma nova prosperidade, no marco de uma aliança política clara com o Brasil.”

*Elisa Carrió, candidata a presidente da Argentina
pela Alternativa para uma República de Igualdade (ARI)*

“O Brasil pode estar prestes a oferecer ao mundo um laboratório para testar a viabilidade de ruptura em condições contemporâneas, quando a dependência econômica aos Estados Unidos é mais profunda do que no passado”.

Perry Anderson, intelectual norte-americano

Lições aprendidas

Em entrevista exclusiva, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, reafirma a importância da Revolução Bolivariana e avalia os efeitos da tentativa de golpe de Estado de abril no cenário político de seu país

Héctor Escobar

DESDE ABRIL, QUANDO SOFREU UM GOLPE DE ESTADO QUE O DEIXOU AFASTADO DA PRESIDÊNCIA DA VENEZUELA por pouco menos de 48 horas, Hugo Chávez Frías começou a mudar sua postura. Sem alterar seu posicionamento político, ele vem se empenhando no diálogo com todos os setores da sociedade. O diálogo, essencial para dar prosseguimento à plataforma política que Chávez defende, já começou a surtir efeito, mas ainda há setores sociais contrários às suas propostas.

O mandato presidencial só expira em 2006, mas a oposição, insatisfeita com o governo de Chávez, vem reivindicando um referendo, para que a população decida se deseja ou não sua permanência no poder. Os segmentos que apóiam o chefe de Estado questionam este pedido, lembrando que foi o povo, com a sua recusa em aceitar a postura dos golpistas, que demonstrou, em abril deste ano, que queria a continuidade de Chávez à frente da nação.

Apesar disso, o presidente mostrou-se aberto à possibilidade de realizar essa consulta, desde que seja um referendo revogatório, na metade de seu mandato (que será em agosto de 2003), como prevê a Constituição Bolivariana da Venezuela.

Nesta entrevista exclusiva a *CADERNOS*, Chávez fala sobre a experiência trazida pelo golpe e sobre o delicado momento político que vive o país desde então.

Que lições deixou a tentativa de golpe de Estado de 11 de abril?

HUGO CHÁVEZ - Um conjunto de lições, algumas já aprendidas e outras em



Foto: AFP

Chávez: 'Desde trabalhadores até empre-sários foram manipulados pela mídia'

processo de aprendizado. Vejamos as lições negativas: fomos surpreendidos por uma ação planejada com bastante antecipação, apresentada por muitos comentaristas como a crônica de um golpe anunciado. Porém, o Estado não foi capaz de detectar com precisão os fatores mais importantes da conspiração e as ações que levaram ao nefasto 11 de abril. Agora estamos muito melhor preparados e alerta diante de qualquer intento de desestabilização da Venezuela. Sabemos que a campanha permanente e perversa de difamação e manipulação lançada através de boa parte dos meios de comunicação provocou efeitos sobre alguns setores, especialmente as classes média e alta. Em função disso, um número considerável de venezuelanos, especialmente dessas classes, hoje defende posições que se aproximam muito do fascismo.

O senhor acredita que o diálogo iniciado pela sua administração, pouco de-

pois do golpe fracassado, poderá recuperar a confiança desses setores ou parte deles no governo?

HC - Sim. Quando falei das conclusões que tiramos das lições negativas e das ações que iniciamos em função disso, estava pensando justamente no diálogo como uma das mais importantes. Essa pergunta está relacionada com a primeira. O esforço de dialogar com setores como a classe média decorre da necessidade de reconquistar a sua confiança.

Esses setores foram manipulados pela campanha midiática: desde trabalhadores até empresários. Estamos fazendo um grande esforço para convencê-los de que a Revolução Bolivariana favorece a todos eles. Que não os vemos como inimigos, que não temos nenhum plano para exterminá-los, apenas queremos a integração de todos os setores da vida nacional.

Mas há lições positivas para o governo, que os contra-revolucionários devem assimilar. O caso venezuelano mostra que o mundo está evoluindo. Algo muito positivo daqueles dias foi a resposta popular. Desarmado, o povo foi capaz de agir, confiando na sua moral, sua bandeira e sua Constituição. Em um movimento ao mesmo tempo organizado e espontâneo foi às ruas exigindo respeito para si mesmo e para sua democracia. Exigindo que esse servidor fosse restituído à Presidência. Em menos de 48 horas foi derrotado um golpe minuciosamente planejado pelos setores mais poderosos do país, com grande apoio financeiro, técnico e da mídia.

Mas a lição mais importante que o mundo deve assimilar é que as Forças Armadas venezuelanas não se deixaram manipular nem utilizar por um grupo de

militares de alta patente e setores políticos de oposição para, como já foi feito antes, amparados pelas armas, dominar, massacrar e expropriar o povo. Nessa ocasião, os militares e o povo venezuelano deram uma lição.

Confia no poder do diálogo?

HC - Na verdade, o diálogo, o debate público, começou na Venezuela no primeiro dia do meu governo. Meu primeiro ato, em 2 de fevereiro de 1999, foi um decreto chamando a um referendo nacional. Todo o processo constituinte foi um gigantesco debate e a nova carta magna é fruto da vontade da maioria. A Constituição Bolivariana é a mais legítima e a mais avançada de toda nossa história e, estou convencido, uma das mais avançadas do mundo. É importante deixar claro para o público dessa conceituada revista a idéia de que não convocamos o diálogo somente depois do golpe.

Contudo, depois do golpe, o diálogo avançou bastante, mesmo com os setores que organizaram o golpe tentando perturbar o processo. A resposta foi muito positiva, tanto nacional quanto internacionalmente.

Em cada região do país (são mais de vinte), há uma mesa, da qual participa toda a população, incluindo organizações políticas, empresariais, sindicais, eclesiásticas, etc. Há uma mesa nacional que cuida do tema político, uma do tema social, outra do tema econômico, do territorial, do geopolítico e do internacional. Ou seja, cinco grandes debates que se multiplicam em nível regional com a participação de milhares de pessoas. Estamos fazendo atos públicos para mostrar ao país e ao mundo como está sendo positiva essa etapa do diálogo pós-golpe. Na próxima etapa, seguiremos ampliando e aprofundando o diálogo.

O senhor confia nas Forças Armadas?

HC - Sim. Hoje mais do que ontem, porque a situação nas Forças Armadas venezuelanas depois do golpe tem evoluído de maneira rápida e positiva. Tenho plena

confiança nos militares de patente, promovidos depois do golpe. Mudamos o ministro da Defesa e os chefes de Exército, Marinha, Força Aérea e até da Guarda Nacional, além de outros cargos importantes.

Como militar, conheço bem a instituição e sei o que ocorreu. Não houve fratura, o que houve foi uma cisão na parte alta da pirâmide. Para dar o golpe, um grupo de generais e almirantes se uniram aos setores privilegiados. Mas a maioria dos oficiais, desde alguns generais até os soldados, não seguiu suas ordens. Isso é importante, pois demonstra a consciência democrática e clareza quanto à missão constitucional.

Estamos desenvolvendo o diálogo desde baixo, ouvindo toda a instituição e, com uma grande preocupação de esclarecer coisas. Porque fizeram uma campanha dentro das Forças Armadas para tentar convencer os militares de grandes mentiras. Disseram que estaríamos apoiando a guerrilha colombiana, as organizações terroristas internacionais e que estaríamos formando círculos bolivarianos para substituir as Forças Armadas por milícias. Evidentemente, tudo isso é falso.

Entretanto, o mesmo golpe gerou também, dentro das Forças Armadas, mecanismos de debate e fortaleceu a unidade dos militares. Eu visito com bastante regularidade as unidades militares, converso com a tropa, com todos os oficiais subalternos, para ouvi-los e fortalecer essa qualidade democrática das Forças Armadas.

Hoje confio nas Forças Armadas mais do que antes, porque houve uma "decantação". Havia um grupo de oficiais que não compartilhava do projeto revolucionário, pois tinha interesses ligados ao passado. O golpe lhes tirou a máscara. Hoje não exercem nenhum tipo de influência nem sobre os oficiais nem sobre a tropa.

Hoje a Venezuela conta com Forças

Armadas conscientes de sua responsabilidade institucional, unidas, com a liderança fortalecida e com conhecimento da realidade do país.

Muitos jornalistas afirmam que a possibilidade de um novo golpe é real...

HC - Existem jornalistas em alguns veículos de comunicação da Venezuela que só tratam de desmoralizar o país. Alguns meios de comunicação espalham boatos, produzem "fatos" em laboratórios, supostas evidências.

Um exemplo recente é o dos senhores encapuzados, com armas de guerra e vestindo roupas militares que há algumas semanas apareceram nas capas dos jornais e também em alguns canais de televisão. Eram umas dez pessoas falando que pertencem a grupos armados que apóiam o governo e que defendem a revolução com as suas armas. Bom, isso é como a primeira cena montada de uma telenovela. Mas isso não acabou aí. Depois saiu a notícia de um outro grupo, "Comacate", formado supostamente por militares, que respondia ao grupo original. Ou seja, tudo é uma montagem que se utiliza da mídia para criar escândalos.

Mas na Venezuela não há, felizmente, nenhuma ação de guerra, seqüestros, fatos que possam dar credibilidade a tudo aquilo. É só uma montagem. Todas as nossas investigações nos mostram que se trata de um plano para tentar alarmar e criar aflição no povo.

A crise na Argentina e no Uruguai, que tem reflexos no Paraguai e no Brasil, poderia afetar também a Venezuela?

HC - Já vem nos afetando. A crise da Argentina começou em dezembro do ano passado, e tem nos afetado de várias maneiras. Primeiro, como se sabe, a crise au-

"Algo muito positivo que ocorreu naqueles dias foi a resposta popular. Como um povo foi capaz de agir somente com sua esperança, sua bandeira, sua Constituição"

“Nós insistimos que precisamos procurar caminhos diferentes para o neoliberalismo. A Argentina recebeu uma superdose de neoliberalismo uma década inteira”

mentou o chamado risco-país dos Estados emergentes. Os investidores ficam temerosos e todos os países da América Latina foram afetados.

Os classificadores de risco sinalizam para nós, incluindo a Venezuela. Em consequência, tem sido muito difícil neste ano, por exemplo, refinanciar a dívida externa. Os mercados financeiros, tanto dos Estados Unidos como da Europa, têm se mostrado muito cuidadosos na hora de fazer novos investimentos.

Mas a Venezuela não é o país mais afetado, até o momento. Temos adotado algumas medidas fiscais para ir superando cada obstáculo da crise argentina, que já ameaça se estender ao resto dos países da América do Sul. A economia venezuelana passa por uma fase crítica, principalmente no setor fiscal. A inflação aumentou muito nesse ano.

Depois das medidas de fevereiro, fizemos outros anúncios: uma reforma fiscal, um recorte no orçamento, investimentos sociais para reativar a produção. Já estamos vendo os primeiros resultados. O preço do petróleo caiu após os atentados de 11 de setembro e também depois da crise da Argentina. Chegou a custar 13 dólares o barril. Isso para nós é um desastre. Atualmente, custa 23 dólares por barril e o preço aproximado do petróleo venezuelano está por volta dos 21 dólares. Isto fortalece a nossa economia e as reservas internacionais estão se recuperando.

Em 2000, o preço do barril estava perto dos 25 dólares, então criamos um fundo de investimentos para garantir a estabilização da macroeconomia. Chegamos a economizar 12 milhões de dólares. Este ano, diante das dificuldades, utilizamos um pouco mais de 50 % deste fundo, para financiar obras de investimento social e produtivo. Isso tem nos ajudado a resistir aos impactos da crise internacional.

A crise afetou o crescimento?

HC - Claro. O crescimento previsto inicialmente para 2002 era de 3 % do Produto Interno Bruto, mas não vamos atingir essa meta. Porém, neste segundo semestre, implantamos uma série de medidas para reativar a produção nacional e evitar que a crise continue nos afetando. Mas deixe que eu lhe diga uma coisa: a crise não é da Argentina, é mundial. O neoliberalismo entrou em crise e nós temos insistido na necessidade de procurarmos caminhos alternativos. A Argentina recebeu uma superdose de neoliberalismo uma década inteira.

E as relações com Cuba?

curar uma saída democrática para as diferenças. Tenho me reunido, em várias ocasiões, com o embaixador dos Estados Unidos em Caracas. Recentemente, ele ratificou o seu apoio à minha pessoa e a ajuda do seu governo à democracia venezuelana. Por tudo isso, eu acredito neles.

E as relações com Cuba?

HC - As relações com Cuba têm uma conotação estratégica. A Venezuela tem três linhas mestres na sua política interna: a caribenha, a amazônica e a andina. E isso tem reflexos nas nossas relações internacionais.

As relações com Cuba estão inscritas na prioridade que tem para a Venezuela toda a região caribenha. É uma região muito importante para nós, não só Cuba mas também a Jamaica, o Haiti, a República Dominicana, Porto Rico e todo o conjunto de ilhas do Caribe. Aliás, Cuba representa o principal mercado do Caribe. É a maior ilha das Antilhas, com uma população de mais de 10 milhões de habitantes e a economia em pleno crescimento. Assim como a China e a Rússia, nós temos incrementado nossas relações com Havana.

É uma relação de muito afeto e cooperação. Demos início a uma cooperação na área científico-tecnológica. É um dos países do continente que obteve maiores avanços no combate à mortalidade infantil, com um índice de apenas seis em cada mil. Em três anos, a nossa taxa já caiu de 21 por mil para 17 por mil. Mas também há cooperação em outros níveis: assistência médica, capacitação esportiva, setor agrícola.

Durante décadas, a Venezuela vendeu petróleo para a Guatemala, Panamá, República Dominicana e Haiti, mas excluiu Cuba. Não temos nenhuma razão para não vender petróleo para Cuba. Os cubanos são um povo *hermano* e têm necessidades energéticas, como outro povo qualquer. Durante o breve período que os golpistas controlaram o poder foram alteradas algumas decisões que complicaram um pouco o acordo energético com Cuba, mas desde o primeiro de setembro as entregas que haviam sido suspensas foram reiniciadas. ■

Orçamento será discutido com presidente eleito

Os congressistas da Comissão de Orçamento vão discutir a proposta orçamentária de 2003 com o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. O texto inicial prevê a movimentação de recursos da ordem de 1 trilhão de reais, incluídos aí o refinanciamento da dívida pública, calculado em 513 bilhões de reais. O ministro do Planejamento, Guilherme Dias, satisfeito com a proposta encaminhada ao Congresso, disse que o Orçamento do próximo ano "reflete as condições atuais de legislação, as metas fiscais e as necessidades de cumprir o ajuste fiscal acordado com o FMI". O Brasil vai pagar em 2003 94 bilhões de reais só de juros da dívida.

Além do Orçamento, o presidente eleito vai discutir os projetos prioritários da Comissão de Finan-



ças e Tributação da Câmara. Entre as prioridades, informou o deputado Benito Gama (PMDB-BA) - foto -, encontra-se a regulamentação do artigo 192 da Constituição, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional, além da reforma tributária que tramita há mais de três anos na Câmara. ■

Capital estrangeiro na mídia é regulamentado por MP

O governo federal editou a MP nº 70 regulamentando a entrada do capital estrangeiro nas empresas de comunicação, ao invés de discutir um projeto de lei no Congresso. Quando da votação da Emenda que criou essa possibilidade, foi acordado que a sua regulamentação apenas seria feita através de projeto de lei aprovado pelo Congresso. Mas a pressa do empresariado do setor falou mais alto. "Atendemos a uma provocação do setor, que poderá fazer alguma captação. Há interesses de algumas empresas em aportar recursos na área de radiodifusão", justificou o ministro das Comunicações, Juarez Quadros.

O deputado federal Walter Pinheiro (PT/BA) definiu como absurda a decisão



Segundo o ministro Juarez Quadros, o governo atendeu às demandas dos empresariado

Com o resultado eleitoral em mãos, o Congresso começa a discutir a substituição do sistema proporcional de votos, que criou aberrações a exemplo de deputados federais eleitos pelo Prona de São Paulo com pouco mais de 200 votos, pelo sistema do voto distrital misto, com base na experiência alemã.

O voto distrital misto combina o voto proporcional com o voto majoritário. O sistema permite a cada eleitor votar em dois nomes para deputado. O primeiro é computado ao candidato registrado para concorrer pelo distrito e o segundo a uma legenda, que pode ser, ou não, a mesma do candidato do primeiro voto.

O principal objetivo dos parlamentares favoráveis ao voto distrital é fortalecer os partidos políticos e reduzir o poder econômico nas eleições. Além disso, eles argumentam que o voto distrital aproxima os candidatos de suas bases.

No momento, há sete propostas de mudança do sistema eleitoral em vigor. A proposta mais antiga é a do ex-deputado Ademar de Barros Filho, que apresentou seu projeto em 1995. ■

do governo federal. Pinheiro ameaçou recorrer ao STF contra a MP, mas acabou desistindo. Ainda assim, seu gabinete elaborou dez emendas para modificar a MP. "É um absurdo tratar um assunto sério desses por medida provisória. Queríamos que fosse por lei ordinária, com mais debate. Mas, como o governo recorreu a este instrumento, preparamos emendas para melhorar o texto", declarou Pinheiro.

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso com representantes da sociedade civil (ver *cadernos* nº 242), criou um grupo de trabalho, coordenado pelo representante das empresas de rádio, Paulo Machado de Carvalho, para emitir um parecer sobre a MP. ■



Inelegibilidades na pauta

Ainda na esteira eleitoral, a volta do recesso está marcada pela disposição de se alterar também a lei das inelegibilidades, enquanto parlamentares discutem os prazos de desincompatibilização dos chefes do Executivo nos três níveis.

Na questão das inelegibilidades, deputados e senadores defendem a ampliação da medida aos presidentes da Câmara, do Senado, das assembléias estaduais e câmaras municipais. Há cerca de 70 propostas determinando os casos e aplicação da inelegibilidade. Outros pretendem estender a proibição das "candidaturas familiares" aos próprios titulares já reeleitos. Eles não poderiam, no futuro, participar das disputas eleitorais. Essa proposta quer evitar o que aconteceu nessas eleições, quando nomes conhecidos da política brasileira lançaram vários familiares candidatos ao Congresso Nacional e às assembleias legislativas.

Quanto à desincompatibilização, os prazos sugeridos nos projetos variam de três a seis meses. O deputado Hermes Pricenello (PMDB-PR) quer modificar o sistema atual das inelegibilidades, ampliando a aplicação da lei a todos os níveis. "A proximidade do titular do Executivo com a jurisdição eleitoral permite que distorções sem par e sem controle se façam presentes na eleição de forma a quebrar o equilíbrio necessário e indispensável à disputa pela administração na unidade federativa", disse o deputado, que pretende se empenhar na mudança da lei. ■

Descumprimento da Lei do Fundef

A bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Congresso encaminhou um requerimento ao Ministério Público, solicitando o ingresso de Ação Civil Pública contra a União e seus legítimos representantes pelo descumprimento da Lei 9.424/96 do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

A deputada federal Iara Bernardi (PT/SP) criticou a maneira como o presidente Fernando Henrique vinha tratando a educação pública, tendo fixado o valor-mínimo-anual por aluno, do Fundef, à revelia da lei. Com o cálculo ilegal do valor mínimo, o Fundo sofreu perdas da ordem de R\$ 8,2 bilhões até 2001, com previsão de chegar a nove bilhões de reais de perdas até o final de 2002. Quarenta e quatro organizações sociais de todo o país, entre as quais a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), manifestaram seu apoio à ação. ■

Direito de voto para presidiários

O Senado está apreciando proposta de emenda constitucional que garante aos presidiários o direito de votar. O projeto é de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). De acordo com a Constituição, os condenados perdem seus direitos políticos, não podendo votar nem concorrer a cargos públicos.

Na opinião do senador, quem estiver cumprindo pena "deve ficar impedido de concorrer a cargo eletivo, mas o direito de votar deve permanecer". Segundo Mozarildo, o direito ao voto pode contribuir na ressocialização do preso. "Nossa missão é ressocializá-lo, e votando o preso pode se sentir útil", afirma. A previsão do Senado é pôr a proposta em votação antes da próxima legislatura. ■

Devolução de documentos da ditadura militar

O presidente da comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP) solicitou à embaixadora norte-americana, Donna Hrink, a devolução de documentos brasileiros sobre a época da ditadura militar que se encontram sob a guarda do governo dos EUA. A liberação desses papéis obedece a critérios de prazo. Os documentos secretos podem ser liberados depois de dez anos e os ultra-secretos só depois de 30 anos.

Fantazzini quer os relatórios elaborados por agentes do governo norte-americano que atuavam nos consulados e embaixadas do Brasil. "Esses agentes" – disse o deputado – "recebiam as informações de forma privilegiada". Ele espera que o Departamento de Estado dos Estados Unidos (que cobra por cada folha solicitada) libere a documentação até o final do ano. ■

CAPA

Começa um novo



Foto: AFP
Arte: Mauro C. Alvarenga

ciclo histórico

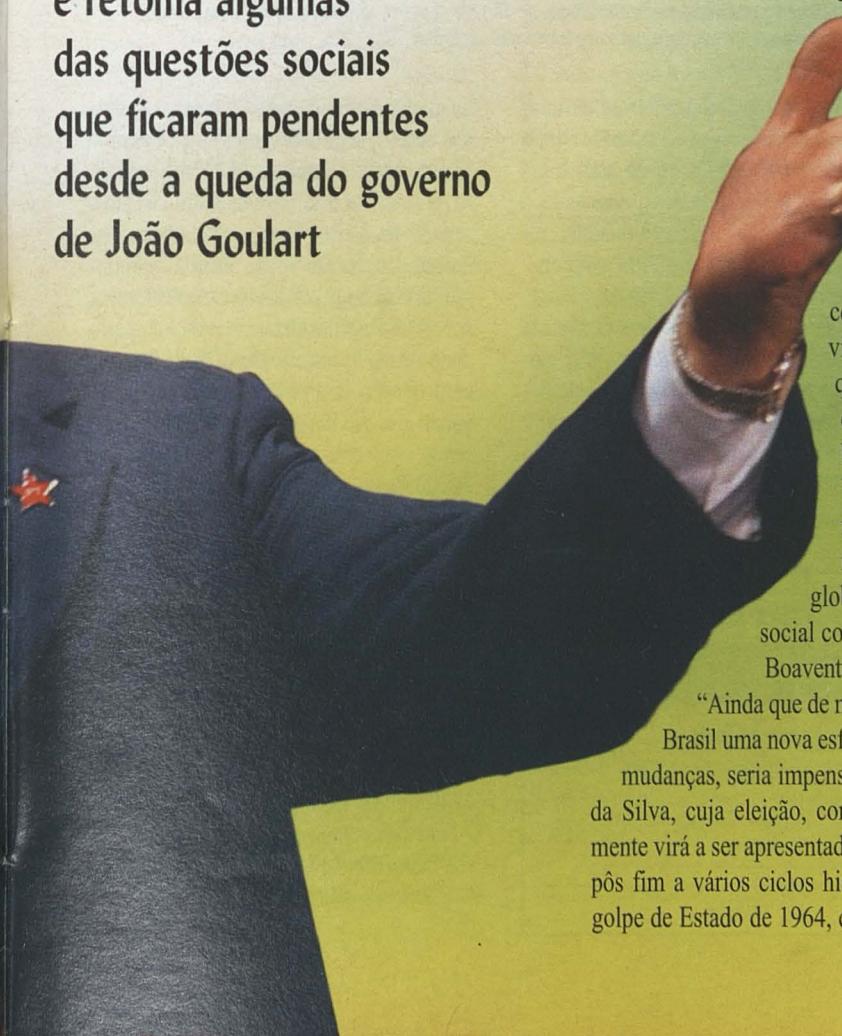
A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência marca de fato o fim de ciclo iniciado com o regime militar de 1964 e retoma algumas das questões sociais que ficaram pendentes desde a queda do governo de João Goulart

Beatriz Bissio

NOS DIAS QUE ANTECEDERAM À ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NO BRASIL, O RECONHECIDO SOCIOLOGO BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS, catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, escreveu um artigo confessando que nesse momento gostaria de “ser brasileiro”, pela importância que as eleições realizadas no nosso país têm para o resto do mundo. Chegou a pedir desculpas aos seus conterrâneos portugueses por esse sentimento. “A vitória de Lula representa a verdadeira conclusão da transição democrática iniciada em meados da década de 80. E no plano internacional significa a credibilidade de uma transição pacífica e gradual por parte de um grande país para um novo pacto financeiro e econômico global, mais equilibrado e mais comprometido com o bem-estar dos cidadãos”, afirmava.

Para o historiador Eric Hobsbawm, autor de livros já considerados clássicos para se entender o século XX, a vitória de Lula tem significado histórico e “é uma consequência direta da aplicação das reformas do FMI, do fundamentalismo de mercado, ao Brasil. Foi a resposta dos brasileiros de todas as classes ao chamado Consenso de Washington”. Do alto de seus 85 anos e sua vasta experiência, Hobsbawm não tem medo em afirmar que a vitória do PT no Brasil “é também a prova de que o tipo de globalização de Washington produz maciça reação política e social contrária”.

Boaventura de Souza Santos fez outra significativa constatação: “Ainda que de maneira seletiva e regionalmente desigual, está a emergir no Brasil uma nova esfera pública, uma nova cultura política.” De fato, sem essas mudanças, seria impensável a vitória de um líder popular como Luiz Inácio Lula da Silva, cuja eleição, como bem aponta Boaventura de Souza Santos, provavelmente virá a ser apresentada pelos livros didáticos do futuro como o fato político que pôs fim a vários ciclos históricos, recolocando no poder a esquerda, deposta pelo golpe de Estado de 1964, que derrocou o presidente João Goulart.



O relógio da história conseguiu acertar os ponteiros, quase 40 anos depois! Aqueles civis que foram bater nas portas das casernas buscando livrar-se de um governo ao qual responsabilizavam de promover um elevado grau de efervescência e demandas sociais sabiam o que estavam fazendo. A intervenção tinha que ser profunda, para que os germes da rebeldia social pudessem ser erradicados e os responsáveis, banidos.

Transição enfim completa

Em 1985, quando deixou o governo o último presidente militar, o general João Figueiredo, ou mesmo antes, em 1979, quando após a anistia por ele mesmo decretada foram libertados os prisioneiros políticos e retornaram os exilados, poucos poderiam ter previsto que a transição assim iniciada ainda demoraria quase 20 anos para ser completada.

Mas, de fato, tanto José Sarney (1985-1990) eleito ainda pelo voto indireto do Colégio Eleitoral como Fernando Collor de Mello (1990-1992), o primeiro presidente pós-ditadura emergido do voto popular, representavam correntes conservadoras, muito ligadas aos militares. E o presidente Fernando Henrique Cardoso não conseguiu ou não se propôs a fazer drásticas intervenções que mudassem o curso dos acontecimentos. "Governou o país em um período de fundamentalismo neoliberal (assumiu em 1995) e de algum modo contribuiu para ele", segundo a visão de Boaventura de Souza Santos. Essa orientação fez com que FHC fosse acusa-



No belo cenário da Enseada de Botafogo, no Rio de Janeiro, um comício de Lula lotado, às vésperas da realização do primeiro turno das eleições

do por alguns ex companheiros de lutas de trair as suas origens e o seu passado acadêmico (foi professor de sociologia perseguido pelos militares), aceitando a aliança com forças ligadas à ditadura, representadas pelo PFL e o PPB, para chegar e se manter no poder.

Mas, como lembra Mário Osava, da agência IPS, a vitória de um ex-líder sindical não só marca o fim da transição democrática como também é uma ruptura com um ciclo histórico maior. Um ciclo iniciado com a colonização portuguesa, "no qual os pobres nunca tiveram acesso

ao poder político, uma esfera exclusiva das elites", segundo o sociólogo Cândido Grzybowski, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicos (Ibase). As mudanças na sociedade brasileira detectadas por De Souza Santos, "ocorrem não só no nível das instituições como, sobretudo, no das práticas e da sociabilidade do povo no seu dia-a-dia", fazendo com que "o código social do *sabe com quem está falando* fosse pouco a pouco sendo confrontado com a linguagem dos direitos e da cidadania, com a emergente capacidade coletiva de elaborar demandas e exigir o comprometimento ético dos governantes". Como consequência desse processo, o eleitor venceu antigos preconceitos e votou em um operário que cursou só quatro anos de ensino primário. O eleitor de 2002 confiou o seu voto ao mesmo Lula que tinha sido derrotado nas tentativas anteriores de chegar à Presidência (em 1989, 1994 e 1998), vítima do preconceito – bem alimentado pela elite na mídia – de sua baixa escolaridade.

E Lula ganhou com 52.793.364 vo-

Resultado final

CANDIDATO	Nº DE VOTOS	PERCENTUAL SOBRE OS VOTOS VÁLIDOS
LULA (PT)	52.793.364	61,27%
JOSÉ SERRA (PSDB)	33.370.739	38,73%
VOTOS BRANCOS	1.727.760	-----
VOTOS NULOS	3.772.138	-----
TOTAL DE VOTOS	91.664.001	100%



De retirante a presidente

Nascido em Garanhuns, interior de Pernambuco, Luiz Inácio Lula da Silva migrou com a família aos 7 anos para Vicente de Carvalho, na Baixada Santista. Aos 14 anos, após um curso técnico, começou a trabalhar como operário no setor metalúrgico. Na fábrica, perdeu o dedo mínimo da mão esquerda em um acidente de trabalho aos 18 anos.

Em 1975, Lula foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Foi o principal líder das grandes greves realizadas na cidade em 1978 e nos anos seguintes, com a participação de dezenas de milhares de trabalhadores. Estas greves, que criaram condições para o surgimento de um novo sindicalismo no país, levaram-no a passar um mês na prisão, em 1980.

Desde então, Lula passou a dedicar-se integralmente à militância política. No mesmo ano de 1980, foi um dos responsáveis pela fundação do Partido dos Trabalhadores, que agregou sindicalistas, intelectuais, dirigentes sociais e religiosos com idéias socialistas. Em 1983, participou ativamente da criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, que viria a se tornar a mais importante organização sindical do país. Em 1984, esteve empenhado na luta das Diretas-Já. Em 1986, elegeu-se deputado federal com 600 mil votos, um recorde na época, e participou ativamente da Constituinte.

Em 1989, nas primeiras eleições presidenciais livres desde o fim da ditadura militar, conseguiu chegar ao segundo turno, mas acabou sendo derrotado por uma pequena diferença para Fernando Collor de Melo. Em 1994 e 1998, novamente candidato a presidente pelo PT, foi derrotado por Fernando Henrique. Neste período, Lula organizou as Caravanas da Cidadania, com o objetivo de conhecer mais profundamente o Brasil. Nas eleições presidenciais de 2002, Lula obteve 52 milhões de votos, conquistando uma grande vitória.

que “a esperança venceu o medo”, em alusão à campanha de seu adversário, José Serra, na reta final, buscando amedrontar a opinião pública com relação à falta de preparação de Lula para exercer a Presidência.

Não ficaram dúvidas, a partir desse primeiro discurso e das declarações nos dias posteriores, que o eixo central da administração petista será a questão social, e entre os muitos desafios nesse campo, as prioridades serão a luta contra a fome, a recuperação do crescimento econômico e a geração de emprego.

Já no dia seguinte à sua eleição, na segunda-feira, 28 de outubro, o presidente eleito anunciou durante o seu primeiro pronunciamento público, que iniciará em janeiro próximo, quando assumir o governo, uma ampla campanha de combate

contra a fome. A sua primeira medida vai ser a criação de uma Secretaria de Emergência Social, com recursos próprios e poderes especiais para pôr em marcha um plano que assegure, até o fim de seu mandato de quatro anos, que todos os brasileiros pobres possam tomar café da manhã, almoçar e jantar todos os dias. “Essa será a missão de minha vida”, disse Lula (leia mais na matéria “Compromisso com a mudança”).

Fazia muito tempo que no Brasil não se ouvia de um governante uma declaração tão singela e ao mesmo tempo tão contundente, de compromisso com a qualidade de vida do povo. Não deixava de ser um choque (positivo) – após longos anos de discurso neoliberal, dominado pelas afirmações vazias e as cifras anômicas e desumanizadas do “economês” – ouvir

tos (61,27% dos votos válidos), o maior índice da história do Brasil e o segundo maior em todo o mundo democrático, só superado por Ronald Reagan, na sua reeleição, em 1984 (quando obteve 54 milhões de votos).

A mudança não foi só do eleitor. Chegou também aos dirigentes. Lula não teve problema em admitir, com humildade, que nas campanhas anteriores nem ele nem o seu partido estavam preparados para governar o país, devido à falta de experiência e ao sectarismo.

Mudança de tom

Na concentração popular que comemorou a vitória do PT, na Avenida Paulista, na noite de 27 de outubro, muito emocionado, o presidente eleito adiantou alguns temas que vão dominar a agenda política durante o seu mandato. Foi o primeiro anúncio da guinada que se avizinha em relação às prioridades dos governos anteriores. “O mercado precisa saber que o povo brasileiro tem que comer três vezes por dia e que tem gente passando fome”, disse Lula. Lembrou, também,

de um futuro chefe de Estado um compromisso que remetia à finalidade última e fundadora de um governo, que é zelar pelo bem-estar geral.

Assim, Lula deixou claro que o seu primeiro ano em Brasília estará marcado pelo Projeto "Fome Zero", elaborado pelo Instituto Cidadania, uma ONG criada por ele em 1990 para definir políticas públicas. Segundo dados recolhidos pelo Instituto, quase 44 milhões dos 171 milhões de habitantes do país não têm condições de se alimentar de forma adequada. O plano anunciado pelo presidente eleito inclui ações tendentes a aumentar a produção agrícola e a melhorar a distribuição de alimentos.

Cálculos de especialistas em políticas públicas avaliam os custos do projeto em cerca de 21 bilhões de reais (equivalentes a 5,7 bilhões de dólares) e assinalam que ele é factível porque a maior parte dos recursos tem fontes previstas no orçamento, e não vai agravar o déficit fiscal, um dos responsáveis da crise financeira do país.

Durante a campanha, Lula também prometeu se empenhar na geração de empregos, estimando a necessidade de criar 10 milhões de novos postos de trabalho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego atinge atualmente 7% da população economicamente ativa. Mais de 50 milhões de brasileiros vivem na miséria absoluta.

A evolução da cotação do dólar e de outros indicadores que costumam medir o nível de ansiedade do chamado "mercado" permitiu constatar que as declarações do presidente eleito, mesmo com a sua aberta ênfase no compromisso social, não assustaram. Os setores vinculados à área econômica gostaram de ouvir que ele também se comprometia a "cumprir os contratos, manter o controle da inflação e atuar com responsabilidade fiscal, mantendo a austeridade nos gastos públicos", assim como a liderar um "combate implacável contra a corrupção". E também concordaram com a afirmação de Lula de que o Brasil deve buscar uma maior autono-



Foto: AFP

Acima, ato da campanha de Lula, realizado em Brasília. Cheia de empolgação, a militância invadiu as ruas e cumpriu um papel fundamental na eleição de Lula

Ao lado, Lula acompanhado de Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado. Na semana seguinte à eleição, Lula esteve no Rio de Janeiro para visitar figuras históricas da esquerda brasileira. Além de Conceição e Furtado, ele esteve com Apolônio de Carvalho, Evandro Lins e Silva, Raymundo Faoro, e Maria Amélia Buarque de Holanda, viúva do historiador Sérgio Buarque de Holanda e mãe de Chico Buarque. "A minha vitória foi o coroamento do êxito da luta que estes companheiros começaram a fazer neste país", afirmou Lula

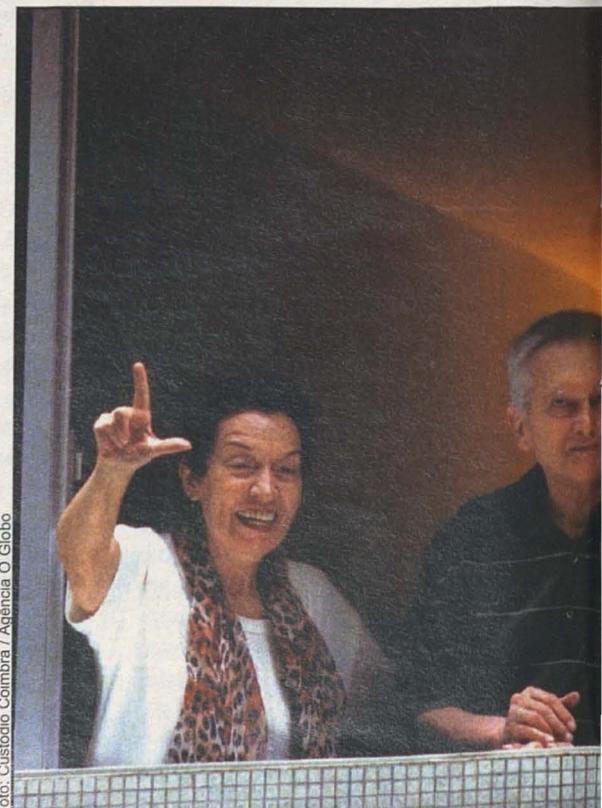
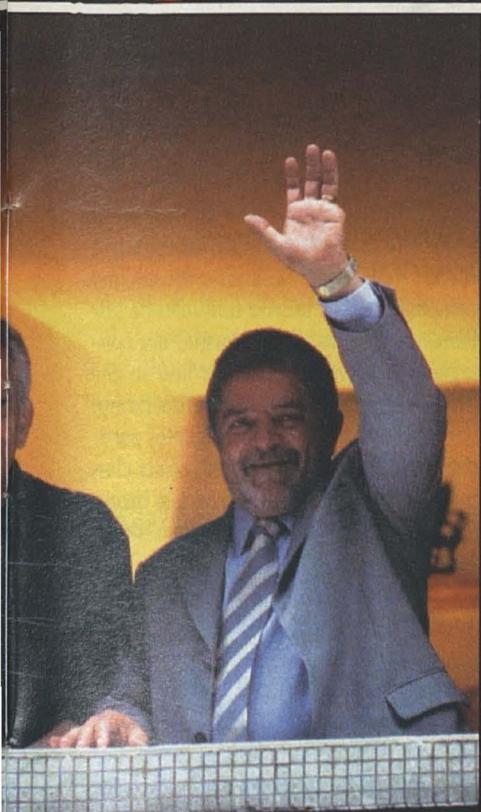


Foto: Custódio Coimbra / Agência O Globo



Os homens do presidente

Lula levará a Brasília, para encabeçar ministérios e órgãos diretamente vinculados à Presidência, um grupo de colaboradores que se destacaram durante a campanha eleitoral e companheiros dos tempos de construção do partido.

Um deles será o deputado José Dirceu (foto), presidente do PT e provável coordenador político do governo de Lula, que pode ser considerado o símbolo dos militantes que construíram o partido.

Lula costumava dizer que, nos seu começo, o PT parecia uma reunião de "foragidos", pela quantidade de ex-presos políticos que participaram em sua fundação, em 1980. Dirceu é um caso típico. Líder das lutas estudantis de 1968 em São Paulo, foi detido pela polícia política, mas libertado em setembro de 1969 em troca do então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, que tinha sido seqüestrado pelos guerrilheiros.

Outro sobrevivente da luta armada contra o regime militar, o deputado José Genoíno, também faz parte da direção do PT. Considerado por analistas e jornalistas um dos melhores parlamentares do país, Genoíno disputou o segundo turno da eleição para o governo de São Paulo com o governador Geraldo Alckmin, perdendo por escassa margem. Foi junto com a governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, o único nome de um militante do PT citado e elogiado por Lula na sua primeira intervenção após a vitória, no seu discurso na Avenida Paulista. Hoje, Genoíno é um frequente interlocutor dos militares, fato que fez com que o seu nome fosse cogitado por alguns jornais como possível ministro da Defesa do futuro governo.

Entre os homens do presidente eleito figuraram também vários sindicalistas com experiência parlamentar, como Luiz Dulci, ex-presidente do Sindicato de Professores do Estado de Minas Gerais, e Luiz Gushiken, que presidiu o Sindicato dos Bancários de São Paulo. Mas há também mulheres muito importantes, como a prefeita de São Paulo, Martha Suplicy.

O PT também tem importantes líderes fora de São Paulo, como o senador eleito Cristóvam Buarque, ex-governador de Brasília, cotado para assumir o Ministério da Educação do governo Lula, e Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre por duas vezes.

mia em relação aos financiamentos externos, procurando alicerçar as ações tendentes a promover o crescimento econômico em capitais nacionais.

O encontro que o presidente eleito teve no Rio de Janeiro com o economista Celso Furtado, um dos grandes pensadores brasileiros e latino-americanos do desenvolvimento baseado nos esforços nacionais e regionais, proposta que vira de cabeça para baixo todas as receitas apregoadas pelos neoliberais, pode ser mais do

que um gesto de reconhecimento a um dos principais intelectuais brasileiros vivos. Pode ser lido como a forma simbólica que Lula escolheu para dizer que, efetivamente, tem consciência de que caberá a seu governo procurar as formas para fechar um hiato na história e retomar, à luz das novas realidades, as tarefas que ficaram pendentes com a derrocada de João Goulart. Um governo, aliás, do qual Celso Furtado foi um dos mais importantes mentores, ocupando a pasta do Planejamento. ■



Foto: Agência Brasil



Um processo

As pressões internacionais, as ameaças terroristas sobre as consequências das mudanças, como a inflação, o desemprego, a retração do investimento estrangeiro. O adesismo de velhas oligarquias corrompidas desafia a força do povo que exige mudanças. E está decidido a lutar por elas

Neiva Moreira

PARTICEI, NO DIA 12 DE OUTUBRO, COMO REPRESENTANTE DO PDT, de uma reunião em São Paulo de forças políticas e sociais engajadas no apoio a Lula no segundo turno.

Estavam presentes os governadores, senadores e deputados eleitos, os candidatos que disputariam o segundo turno, outros que não haviam sido vitoriosos no primeiro e uma avalanche de líderes e militantes políticos, partidários e sociais que compunham uma imensa multidão de milhares de pessoas. O entusiasmo era contagioso e a determinação de luta se expressava em uma explosão de entusiasmo.

Vivi como os demais dirigentes partidários um momento eletrizante ao ser chamado à mesa presidida por Luís Inácio Lula da Silva, o futuro presidente, e o vice José de Alencar.

Os discursos que se seguiram tinham o teor esperado e o tema central era a façanha inédita da caminhada do sertanejo Lula de Caetés, na região de Garanhuns, em Pernambuco, até a capital Brasília, que vimos nascer criada pelo gênio e as mãos de Juscelino Kubitscheck.

libertador sem volta

Ontem e hoje

Que iria dizer, além da missão de transmitir a Lula a solidariedade, tantas vezes presente dos companheiros do Partido e do Maranhão? Confessei a minha emoção, marcada pelas recordações das lutas, sacrifícios, perseguições e perigos que homens e mulheres de várias gerações travaram e sofreram, muitas vezes pontilhando o caminho de cruzes e sepulturas, para que o nosso povo pudesse chegar àquele momento de vitória e de mudança.

Mais ainda: queria expressar a confiança que encontro em todo o país de que o projeto do Brasil que ali estava nascendo não se pautava pelos interesses e os ditames das bolsas de Chicago, da Malásia e Singapura. Seguramente sua prioridade se inspiraria na libertação da fome de 30 ou 40 milhões de brasileiros que naquele momento, naquela mesma noite, não haviam ainda se alimentado e nem tinham a menor segurança de fazê-lo no dia seguinte.

A emoção não me deixou dizer mais nada e nem era preciso, sobretudo pelo apoio da multidão às minhas palavras.

A guerra contra a fome, já iniciada por Lula, confirma as palavras de esperança e decisão que fizeram desse projeto

o primeiro compromisso social do novo governo.

Quando deixei a tribuna recebi um abraço emotivo de uma guerreira das lutas sociais, Clara Chars, a combativa companheira de Carlos Mariguella. Ela falava por todos, em uma ligação histórica do ontem e do hoje.

Apoiada em meios de comunicação, que priorizam os fatos corriqueiros, a fútrica banal, as intrigas pelos cargos, forças conservadoras já atuam nos bastidores, algumas disputando os privilégios costumeiros e outras teleguiadas do exterior, manobrando para bloquear a ação do novo governo. Visam a impedi-lo de desmontar a máquina de exploração que nos impede de progredir e de realizar a mudança profunda e definitiva pela qual votou o povo e realizou a mais gigantesca mobilização já vista em pleitos eleitorais no Brasil.

Esquecem ou fingem esquecer que o Lula não é Fernando Henrique, que o PT, o PDT, o PC do B, o PSB, o PCB e demais forças populares e sociais que o levaram à Presidência nada têm a ver, ideologicamente, com aqueles interesses que nos dominam economicamente e estão aparelhados nos centros de poder do país.

Isso significa que devemos recuar,

não fazer as mudanças no Congresso, governar com minoria, na análise e votação de muitos projetos? Pessoalmente penso que não. Pode até não ser necessário, até porque o tufão eleitoral que varreu o país não comprometeu apenas a esquerda, mas também envolveu em muitos compromissos não poucos senadores e deputados liberais e conservadores, que estão dispostos a colaborar em defesa dos interesses nacionais.

A redução do número dos chamados "eleitores de cabresto" foi visível e qualquer parlamentar submetido a julgamento popular no último pleito sabe que cresceu decisivamente o volume dos que votaram atentos às posições éticas, políticas e sociais dos candidatos e deles estão cobrando novos rumos e também votos.

Lula tem sido muito claro ao reiterar seus compromissos e posições em torno de problemas internacionais e nacionais. Ele é um líder experimentado e deve ter uma clara consciência das tormentas que encontrará no difícil caminho do seu governo, sem que isso o leve a desistir, atento ao seu dever histórico.

Compromissos fundamentais

Vejamos alguns casos: os financeiros internacionais. A palavra do governo é cumpri-los, mas o presidente tem dito que, ao cumpri-los, não se pode desconhecer os graves problemas que afligem o nosso povo. Ou seja, não se pode pagar juros extorsivos à custa da fome de milhões. É um aviso aos interessados de que uma revisão nos acordos sobre as dívidas devem tomar em conta o caminho possível dos pagamentos, buscando, em negociações adequadas, honrar os compromissos sem exaurir o país.

"Queria expressar a confiança que encontro em todo o país de que o projeto de Brasil que ali estava nascendo não se pautava pelos interesses e os ditames das bolsas de Chicago, da Malásia e de Singapura"

Vejamos alguns problemas que nos esperam:

ALCA. O que querem os Estados Unidos? Ampliar o mercado no continente? É também o nosso interesse. Seria, aparentemente, uma vantagem aos demais países, mas isso se, antes, o governo norte-americano não houvesse privilegiado cerca de 300 dos seus produtos, como a laranja, o calçado, o aço e outros metais com todo tipo de proteção aduaneira e tributária, tornando impossível uma livre concorrência. Podemos aceitar integrar uma Alca que torna fictícia a liberdade do comércio no continente?

INTERCÂMBIO COMERCIAL. Essa situação prevalece também, com o intercâmbio comercial com a Europa, cujos produtos agropecuários recebem nos seus países uma proteção que torna proibitiva a exportação dos nossos.

Quando o novo presidente se refere a uma negociação soberana, ele deve estar chamando a atenção para essa utopia da "liberdade de comércio" que só existe nos textos oficiais, que no caso da Alca a tornam não um instrumento de um intercâmbio privilegiado, mas um novo fator de domínio econômico norte-americano.

ALCÂNTARA. Mesmo no governo neoliberal de Fernando Henrique não foi possível a aprovação do tratado sobre o lançamento de foguetes dos Estados Unidos na Base Espacial de Alcântara. Em uma decisão histórica, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara foi católica. Vejam: por unanimidade rejeitou as cláusulas imperialistas (o nome não agrada aos dominadores, mas é este mesmo) aprovando o notável parecer do deputado Waldir Pires, do PT baiano. O remendo que se tentou, por influência do governo e as pressões dos Estados Unidos na Comissão de Ciência e Tecnologia, ainda não resultou positivo, mas querem fazê-lo neste fim de mandato.

O PT lutou no Congresso contra es-



Cansada após anos sob a hegemonia da política neoliberal, que gerou problemas profundos, como a má distribuição de renda e o desemprego, a população foi às ruas exigir mudanças

sas exigências norte-americanas. Idêntica foi a posição das demais bancadas da Esquerda e de numerosos deputados, conservadores mas nacionalistas. O povo, em múltiplos pronunciamentos, repeliu essa nova experiência dominadora que atinge gravemente a soberania do Brasil.

Na sua campanha, tanto Lula como as forças políticas que o apoiaram reafirmaram as mesmas posições de suas ban-

cadas e do povo. Que motivos teria ele, eleito, mudar agora de posição, quando tem reiteradamente afirmado a coerência de suas atitudes?

A crise neoliberal e a América Latina

Mas há outro fator importante no julgamento da nossa posição: o desastre eco-

nômico que ocorre nos países desenvolvidos e, sobretudo, na América Latina e no Terceiro Mundo com o fracasso do modelo neoliberal.

Não vamos reiterar opiniões nem reproduzir análises. São inúmeras. Todos já devem saber: dos Estados Unidos e do Japão estendendo-se à Europa e toda a Ásia a conclusão majoritária é uma só: o modelo neoliberal fracassou. As economias nacionais estão em crise, aumentou o desemprego e a fome e é urgente uma mudança nas variantes econômicas neoliberais.

E se assim o é, porque vamos desafiar o pronunciamento do nosso povo que, através de mais de 52 milhões de votos a Lula, exigiu uma mudança radical no que há de neoliberal no modelo FHC?

É evidente que não será fácil ao governo saído das urnas a implantação do novo sistema que se impõe. Além das dificuldades no Parlamento a que já aludimos, o cerco dos meios de comunicação bloqueando ou desestimulando qualquer mudança real e profunda ou que, pelo menos, reduza os privilégios e o caráter antipopular do sistema atual, criam obstáculos e complicações, que serão ainda mais categóricos no futuro.

Mas a verdade é que esta é a decisão e a expectativa do nosso povo e a sua férrea decisão: fazer a mudança. Votou em Lula, aumentou as bancadas progressistas, fortaleceu a mobilização popular com esse objetivo. E quer mudanças.

Ninguém ignora ou pode ignorar que detrás do terrorismo dirigido sobre as consequências das mudanças e os riscos que poderiam ocorrer, das ameaças veladas de

inflação, de desemprego, de retração de investimentos, está o capital internacional que quer continuar engordando no Brasil à custa do sofrimento do nosso povo.

Poucas vezes vi ou acompanhei uma repercussão no mundo tão profunda de acontecimentos no Brasil como a que está ocorrendo com a eleição de Lula. Na Europa a onda neoliberal, que teve o seu momento de auge no governo de Margaret Thatcher na Inglaterra, arrefeceu visivelmente. Cresce nos seus países a exigência de uma urgente correção de rumos. Mesmo governos como os da França, de Portugal, Itália, Áustria e outros assumem posições diferentes da cartilha neoliberal e em alguns casos, como a vitória dos social-democratas do primeiro-ministro da Alemanha, Gerahrd Schröeder, as últimas eleições já indicam caminhos diferentes em face à crise econômica.

Na América Latina, torturada pelo desastre nos modelos inspirados ou impostos pelos Estados Unidos, a eleição de Lula foi recebida como um acontecimento libertador que vai abrir caminho à vitória de governos populares, inspirados em experiências já adotadas e estimulados agora pelo exemplo brasileiro.

O adesismo das oligarquias

Aqui no Brasil está em curso um velho método de sabotar por dentro. Oligarquias remanescentes, sobretudo em estados como a Bahia, o Maranhão, o Pará, foram céleres em aderir a Lula, com manobras habilidosas que poderiam invalidar ou

desacreditar a seriedade das mudanças. Foi o oportunismo de sempre, como ocorre também em outros países, desacreditando os governos e seus compromissos de mudanças.

Em uma competente e oportuna entrevista ao independente e bravo Jornal Pequeno de São Luís, o vice-presidente do Diretório Estadual do PT do Maranhão, Augusto Lobato, declarou sobre a adesão do senador José Sarney a Lula: "Ele não está com Lula, mas sim com o candidato que ia ganhar. Ele só optou pelo Lula quando as pesquisas qualitativas apontaram que a vitória dele era inevitável."

O que poderia identificar essas correntes atrasadas e oportunistas com Lula? O novo presidente não vai combater nenhum político ou militante por discordar de sua linha ideológica ou política. Vai combater o atraso, o desgoverno, a corrupção, a fome, o uso do poder para o domínio político, o abandono da juventude e dos excluídos. Porque excluir desse combate as oligarquias, mesmo os adesistas, em governos de estados ou de municípios que teriam votado em Lula ou fazendo crer que nele votaram? E se não os excluir expressamente, como deixar atingi-los com a simples adoção dos métodos saneadores do novo governo? Elas cairiam, inevitavelmente, sob o impacto da nova realidade.

E o novo governo, segundo os seus líderes mais representativos, a começar por Lula, assegura diariamente que não se afastará de sua linha ética, democrática e progressista. E basta isso para limpar o caminho da mudança, afastando e imobilizando velhas e empedernidas forças reacionárias, atrasadas e corrompidas que ainda dominam alguns estados e municípios.

Essa é a mudança que o nosso povo espera e pela qual homens e mulheres – Lula é um dos seus melhores exemplos – lutaram e pagaram o preço do sacrifício, dos cárceres, das perseguições, dos exílios ou deram a vida, abrindo o caminho para que se tornasse realidade o fascinante momento atual, que se pode considerar o início de um vitorioso processo libertador. ■

"Na América Latina, torturada pelo desastre nos modelos inspirados pelos Estados Unidos, a eleição de Lula foi recebida como um acontecimento libertador que vai abrir caminho à vitória de governos populares"

Compromisso com a

Em seu primeiro pronunciamento oficial, após ser declarado presidente eleito, Lula ressalta a opção do povo por novos rumos para o país, e estabelece o combate à fome como prioridade absoluta de seu governo

APÓS A CONFIRMAÇÃO DE SUA VITÓRIA NO SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, Lula convocou a imprensa para uma entrevista coletiva no dia 28. Nesse pronunciamento, transmitido pelos veículos de comunicação para todo o país, Lula reafirmou os compromissos estabelecidos durante a campanha.

“A esperança venceu o medo e o eleitorado decidiu por um novo caminho para o país. Foi um belo espetáculo democrático que demos ao mundo. Um dos maiores povos do planeta resolveu, de modo pacífico e tranquilo, traçar um rumo diferente para si. A grande virtude da democracia é que ela permite ao povo mudar de horizonte quando ele acha necessário. A nossa vitória significa a escolha de um projeto alternativo e o início de um novo ciclo histórico para o Brasil”, afirmou.

Lula dedicou sua chegada ao poder aos militantes que, durante a história do país, estiveram comprometidos com a transformação social: “A nossa chegada à Presidência da República é fruto de um vasto esforço coletivo, realizado, ao longo de décadas, por inúmeros democratas e lutadores sociais. Muitos dos quais, infelizmente, não puderam ver a sociedade brasileira, e em especial as camadas oprimidas, colherem os frutos de seu árduo trabalho, de sua dedicação e sacrifício militante. Estejam onde estiverem, saibam que a obra de vocês segue conosco, como se vivos estivessem, e é fonte de inspiração para nós que seguimos travando o bom combate. O

Ao lado, José Graziano, autor do 'Fome Zero', programa de combate à fome do governo Lula. Já estão adiantadas algumas negociações para garantir verbas de organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o Banco Mundial (Bird), para o programa

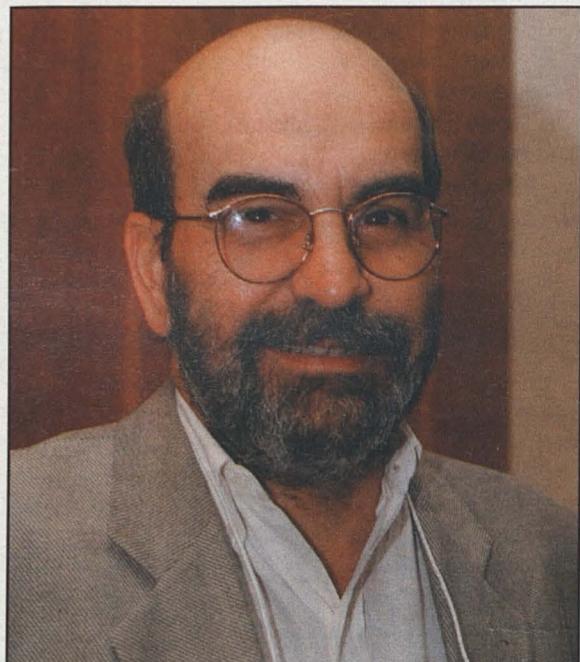


Foto: Agência Brasil

combate em favor dos excluídos e dos discriminados.” Ele fez questão de prestar uma homenagem aos militantes anônimos que, segundo ele, dedicaram-se todos esses anos sem jamais esmorecer.

Contudo, Lula reconheceu que, neste ano, sua campanha se ampliou para além do conjunto de militantes de partidos políticos de esquerda e organizações sociais. “Esta vitória é de milhões de pessoas sem filiação partidária que se engajaram nesta causa. É uma conquista das classes populares, das classes médias, de parcelas importantes do empresariado, dos movimentos sociais e das entidades sindicais que

compreenderam a necessidade de combater a pobreza e defender o interesse nacional”, afirmou.

Segundo ele, a maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de segurar a retomada do crescimento, do desenvolvimento econômico com geração de empregos e distribuição de renda. Lembrando que vai enfrentar dificuldades, pois não se pode superar carências históricas da noite para o dia, Lula se comprometeu a trabalhar desde o primeiro dia de seu governo para solucionar a enorme dívida social.

“Mesmo com as restrições orçamen-

mudança

tárias, impostas pela difícil situação financeira que vamos herdar, estamos convencidos de que, desde o primeiro dia da nova gestão, é possível agir com criatividade e determinação na área social. Vamos aplacar a fome, gerar empregos, atacar o crime, combater a corrupção e criar melhores condições de estudo para a população de baixa renda desde o momento inicial de meu governo. Meu primeiro ano de mandato terá o selo do combate à fome. Um apelo à solidariedade para com os brasileiros que não têm o que comer. Para tanto, anuncio a criação de uma Secretaria de

Emergência Social, com verbas e poderes para iniciar, já em janeiro, o combate ao flagelo da fome. Estou seguro de que esse é, hoje, o clamor mais forte do conjunto da sociedade", afirmou.

Logo em seguida, lembrou de sua outra grande prioridade: "Como disse ao lançar meu Programa de Governo, gerar empregos será minha obsessão. Para tanto, vamos mobilizar imediatamente os recursos públicos disponíveis nos bancos oficiais – e nas parcerias com a iniciativa privada – para a ativação do setor da construção civil e das obras de saneamento. Além

de gerar empregos, tal medida ajudará a retomada gradual do crescimento sustentado".

Lula afirmou que o Congresso Nacional terá grande responsabilidade no processo de construção dessas mudanças. Ele prometeu se empenhar pessoalmente para encaminhar ao Congresso as grandes reformas pelas quais a sociedade clama: a reforma da Previdência Social, reforma tributária, reforma da legislação trabalhista e da estrutura sindical, a reforma agrária e a reforma política.

Ele lembrou ainda um ponto importante, pouco presente durante a campanha, afirmado que seu governo será um guardião da Amazônia e de sua biodiversidade, com um programa de desenvolvimento regional marcado pela responsabilidade ambiental. Ainda nesta área, ele destacou que respeitará o Protocolo de Quioto, que limita a emissão de gases poluentes.

No plano internacional, Lula disse que buscará construir uma cultura de paz entre as nações e lutará para que uma nova ordem econômica internacional diminua as injustiças, a distância crescente entre países ricos e pobres. Outro objetivo será fortalecer os organismos internacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas, além de acordos internacionais como o Tribunal Penal Internacional e o Tratado pela Não-Proliferação de Armas Nucleares. Lula pretende estimular a idéia de uma globalização solidária e humanista, na qual os povos dos países pobres possam reverter essa estrutura internacional injusta e excluente.

Emocionado, Lula afirmou: "Não vou decepcionar o povo brasileiro. A manifestação que brotou ontem do fundo da alma dos meus compatriotas será a minha inspiração e a minha bússola. Serei, a partir de 1º de janeiro, o presidente de todos os brasileiros e brasileiras, porque sei que é isso que esperam os eleitores que me confiaram o seu voto. Meu coração bate forte. Sei que estou sintonizado com a esperança de milhões e milhões de outros corações. Estou otimista. Sinto que um novo Brasil está nascendo." (Alvaro Neiva) ■

Construindo o Pacto Social

Outra medida tomada por Lula logo após a declaração de que estava eleito presidente foi o anúncio da criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Desde a campanha, Lula vinha propondo a promoção de um pacto social, onde os diversos setores da sociedade se reunissem e buscassem um consenso sobre os melhores caminhos rumo ao desenvolvimento do país.

A primeira reunião para a construção do Conselho aconteceu apenas dez dias após as eleições, em São Paulo, reunindo 120 pessoas, entre empresários, sindicalistas, representantes de organizações não-governamentais e movimentos sociais. "Esse conselho não pode ser considerado um clube de amigos. Deve ser transformado em uma instituição para produzir uma quantidade de soluções nunca produzidas antes", afirmou Lula.

O conselho consultivo, que será implantado no início do próximo governo, deverá ser ligado diretamente à Presidência da República e poderá reunir entre 40 e 60 pessoas. Segundo o coordenador da equipe de transição, Antônio Palocci, o Conselho servirá como ambiente de discussão para a construção do pacto social e terá três temáticas fundamentais: o desenvolvimento econômico sustentado (incluindo a geração de empregos), a distribuição de renda e o combate à pobreza, e o fortalecimento das questões democráticas.

Estavam presentes na reunião Horácio Lafer Piva, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); João Felício, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Gabriel Ferreira, presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban); Sérgio Haddad, presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong); Manuel de Serra, presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), entre outros.

Mercosul é a prioridade

REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

"Lula arrasou. O tamanho da vitória implica a maior porcentagem reunida por um mandatário eleito na história brasileira e uma das mais altas no hemisfério americano. Configura a ascensão do primeiro presidente que não pertence às elites desde o descobrimento do Brasil em 1500"

Clarín (Argentina)

"O que mostra a votação de Lula e do PT no Brasil, segundo especialistas em América Latina, é que a chegada ao poder de um governo de esquerda consolida a tendência de busca de alternativas aos modelos da década passada."

La Nación (Argentina)

"A esperança venceu o medo: uma enxurrada de votos colocou Lula à frente de um gigante onde 30 milhões não comem. Um pobre é presidente de um país de pobres"

Página 12 (Argentina)

"Um operário para a Presidência do Brasil. O ex-líder sindical metalúrgico e um dos maiores expoentes da esquerda latino-americana será o primeiro operário na lista dos 41 chefes de Estado que o Brasil já teve. Muitos especialistas não tiveram dúvida em qualificar seu triunfo como o feito mais significativo ocorrido nas últimas décadas para a esquerda mundial"

El Mercurio (Chile)

"Lula conseguiu um feito histórico ao superar os 51 milhões de votos. Ele estabeleceu como grandes objetivos de seu futuro governo a luta contra a pobreza e o narcotráfico, assim como o retorno ao crescimento econômico e o fortalecimento da democracia. O mundo está ansioso"

El País (Uruguay)

O fortalecimento do Mercosul e a ajuda à Argentina para superar a crise são os principais pontos na política externa do presidente eleito

AELEIÇÃO DE LULA PARA A PRESIDÊNCIA DO BRASIL pode constituir para o Mercado Comum do Sul (Mercosul), formado ainda por Argentina, Paraguai e Uruguai, um retorno ao projeto original de integração produtiva, política e estratégica. Obviamente, dependendo do interesse dos demais presidentes, é possível que haja novas divergências sobre o rumo e o ritmo de integração.

Lula propõe avanços maiores no bloco, como a criação de instituições supranacionais, como um parlamento comum, além de políticas industriais, agrícolas, comerciais, tecnológicas, educacionais e culturais convergentes. O exemplo a ser seguido, em sua opinião, é a União Europeia.

A convergência macroeconômica dirigida à criação de um Banco Central comum e uma moeda única do Mercosul é outro objetivo de Lula. O presidente eleito segue a tradição da esquerda de buscar uma integração para além do campo comercial, com ampliação da cooperação cultural e tendo como objetivo um “desenvolvimento com efetiva distribuição de renda, para nôr fim às de-



Foto

sigualdades sociais", conforme diz o programa do PT.

O presidente eleito também pretende desenvolver uma aliança latino-americana, possibilitando manter uma posição firme nas negociações com os Estados Unidos. Para isso, o novo governo espera conseguir, com um "pacto regional de integração", estreitar laços com o Chile e a Bolívia, assim como os demais países da Comunidade Andina (Equador, Peru, Colômbia e Venezuela).

Durante a campanha eleitoral, Lula demonstrou grande preocupação com os rumos das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A principal preocupação expressa por ele e seus assessores é a grande e persistente disparidade entre os Estados Unidos e os países latino-americanos. Ainda que tenha tentado moderar seu discurso e suas críticas, Lula afirmou que a Alca, da

externa de Lula



Lula em encontro com o presidente chileno Ricardo Lagos, em 2000. A primeira viagem internacional do novo presidente após as eleições seria para Argentina e Chile

forma como vem sendo desenvolvida, significará a anexação dos países da região pelos norte-americanos.

Lula avisa que não se negará a negociar a criação da Alca, mas o fará defendendo os interesses nacionais com a mesma firmeza empregada pelos Estados Unidos. Segundo ele, as últimas decisões do governo norte-americano, de ampliar os subsídios à sua produção agrícola e impor restrições à entrada de produtos, prejudicam as negociações com os demais países.

Outras prioridades

O governo do PT buscará também uma aproximação maior com alguns países

de fora da região, como África do Sul, China, Índia e Rússia, para ampliar relações bilaterais e articular esforços na disputa política das instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Esta política externa é encarada como um instrumento para que o novo governo brasileiro possa pôr em marcha um "projeto de desenvolvimento alternativo", com a meta de reduzir a vulnerabilidade do país diante das turbulências financeiras internacionais e estabelecer um equilíbrio nas relações com o Norte industrializado. (Alvaro Neiva, com Mario Osava e Marcela Valente, da IPS) ■

"Em 1980, Lula fundou o Partido dos Trabalhadores ao lado de um grupo de intelectuais, líderes sindicais, clérigos da Teologia da Libertação e ambientalistas. Enquanto esquerdistas de países vizinhos como Colômbia e Peru aderiam a movimentos guerrilheiros, o Partido dos Trabalhadores cultivou a paciência e aprendeu com os erros, obtendo resultados eleitorais cada vez melhores"

The New York Times (Estados Unidos)

"Inúmeras democracias, em muitos países, têm sido apropriadas por elites estreitas, militares ditadores ou instituições internacionais. Como devem agir os governos que querem ser democráticos sem ter suas economias fragilizadas? Deveriam colocar barreiras contra o capital especulativo? Podem resistir às negociações liberalizantes nos termos desiguais que normalmente são oferecidos pelos Estados Unidos e pela Europa? Se Lula responder a essas perguntas, ele vai ter conquistado seu triunfo"

The Guardian (Reino Unido)

"Luiz Inácio Lula da Silva, que foi eleito neste domingo (27) presidente do Brasil, tem agora por missão encontrar, finalmente, a pedra filosofal que o continente vem procurando há muitos e muitos anos: combinar a solidariedade com o crescimento, a proteção dos pobres com a abertura das fronteiras, abandonar o ultroliberalismo sem recair contudo no populismo nem no protecionismo"

Le Monde (França)

"Lula arrasa nas eleições presidenciais. A expectativa se centra agora nos nomes que constituirão o futuro gabinete e os principais cargos econômicos. O nervosismo dos mercados dos últimos meses tem acompanhado toda a campanha eleitoral, com uma escalada do dólar e constantes vai-e-véns na Bolsa"

El País (Espanha)

PT terá maior bancada

Contudo, o governo Lula deve enfrentar dificuldades para conseguir maioria

OPARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), DO PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, surpreendeu ao eleger a maior bancada de deputados federais, conquistando 91 cadeiras na Câmara, 33 a mais do que tinha. Considerando os partidos que compuseram a coligação de Lula no primeiro turno (PL, PC do B, PMN), são 130 deputados eleitos, representando

para estes partidos um aumento de 40 deputados em relação à bancada que se encerra agora.

No segundo turno, mais três partidos deram apoio formal à candidatura Lula: PSB, que elegeu 22 deputados, PDT, com 21, e PPS, com 15. Muito provavelmente, os três partidos integrarão o futuro governo. Se considerarmos estes sete partidos como a base permanente de Lula, ela teria 188 deputados, número insuficiente para

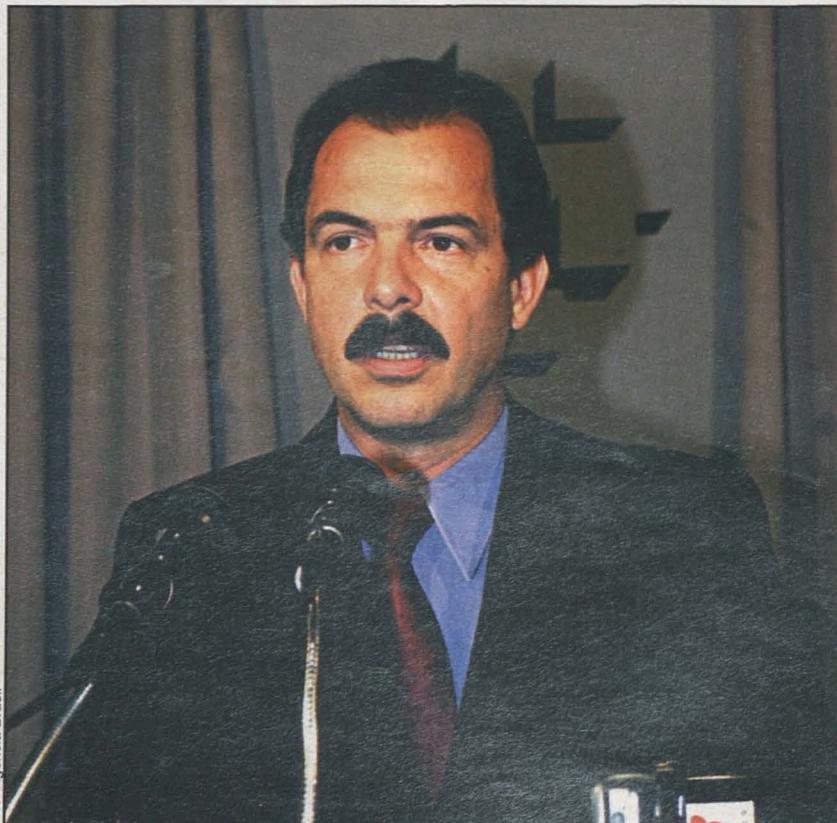


Foto: Agência Brasil

Senador mais votado da história do país, com mais de 10 milhões de votos, Aloisio Mercadante tem dúvidas entre ocupar um cargo na área econômica do governo ou assumir sua cadeira no Senado

BANCADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PARTIDO	Nº DE DEPUTADOS ELEITOS
PT	91
PFL	85
PMDB	74
PSDB	71
PPB	48
PTB	26
PL	26
PSB	22
PDT	21
PPS	15
PC do B	12
Prona	6
PV	5
PSD	4
PST	3
PMN	1
PSC	1
PSL	1
PSDC	1

BANCADAS NO SENADO

PARTIDO	Nº DE SENADORES ELEITOS
PMDB	19
PFL	19
PT	14
PSDB	11
PDT	5
PSB	4
PL	3
PTB	3
PPS	1
PPB	1
PSD	1

no Congresso

conseguir maioria simples na Câmara. Para isto, seria necessário contar com 257 deputados.

No Senado, a situação também é complicada. Se considerarmos os mesmos partidos, a provável base governista teria 27 senadores. Em um universo de 81 senadores, são necessários 41 para garantir maioria simples. Nesta casa, embora também tenha crescido sua representação, o PT é a terceira maior bancada, atrás de PMDB e PFL.

O coordenador da equipe de transição de Lula, Antônio Palocci, anunciou que o novo governo buscará um amplo diálogo no Congresso. "O diálogo não

será difícil, apesar de trabalhoso. Nós não vamos lutar por uma maioria cristalizada, que seja governista por ser governista. Queremos construir a maioria a partir de um grande diálogo para resolver as tarefas que o Brasil tem, como as reformas tributária e previdenciária. Mesmo quando foi oposição, o PT sempre teve uma relação muito franca com os demais partidos".

O principal alvo do PT para possíveis alianças é o PMDB, terceira maior bancada no Congresso. Mesmo antes de tomar uma decisão oficial sobre seu posicionamento diante do novo governo, o PMDB mostrou-se aberto ao diálogo.

Em reunião realizada no dia 5 de novembro, os presidentes do PT, José Dirceu, e do PMDB, Michel Temer, fecharam um acordo para garantir a seus partidos a presidência da Câmara e do Senado, respectivamente. "Fizemos um acordo de procedimento pelo qual o partido majoritário na Câmara e no Senado indica o presidente de cada uma das casas. Cada bancada vai decidir internamente esse nome", afirmou o atual líder do PT na Câmara, João Paulo Cunha. O PT enfrenta algumas dúvidas sobre como a alocação de seus principais quadros. Bem cotados para ocupar ministérios, nomes como José Dirceu, Aloizio Mercadante e Cristovam Buarque também são considerados importantes no Congresso.

No mesmo dia, houve uma reunião da executiva do PMDB com os cinco governadores eleitos pelo partido, onde foi discutido um possível apoio ao governo Lula, mas a decisão acabou sendo adiada. Segundo nota oficial divulgada, o partido esperaria para conhecer melhor os projetos do novo governo.

Porém, o partido já emite sinais de que pode apoiar Lula, pelo menos em alguns pontos importantes que ele deve encaminhar ao Congresso. "O PMDB não vai faltar ao país, nem à governabilidade. O partido terá muita responsabilidade com sua condução política. Há uma coincidência nas propostas. Também defendemos as reformas política, tributária, agrária e previdenciária", afirmou o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros.

O PSDB, que ocupou o poder nos últimos oito anos, agora tenta articular a bancada de oposição. Preocupados com a possibilidade de ter sua influência ainda mais reduzida, a partir do acordo firmado entre PT e PMDB, representantes do partido vêm defendendo a formação de um bloco parlamentar reunindo os mesmos partidos da base de sustentação de Fernando Henrique (além dos próprios tucanos, o PMDB, o PFL e o PPB). (Alvaro Neiva) ■

Definições sobre Orçamento 2003

O grande aumento no número de parlamentares certamente será importante para Lula, mas o primeiro grande desafio do seu governo se coloca ainda com a bancada atual. Algumas definições que o Congresso tomará até o final do ano terão importante influência sobre o primeiro ano do governo Lula, especialmente as definições acerca do Orçamento.

Dois pontos têm se destacado na discussão sobre o orçamento do ano que vem: o valor do salário mínimo e a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda de Pessoa Física. O reajuste previsto inicialmente para o salário mínimo era de apenas 11 reais, passando de R\$ 200 para R\$ 211. Durante o ano, a bancada do PT vinha defendendo um reajuste de 40 reais. Apesar de a equipe de transição ainda não ter se posicionado, provavelmente o partido defenderá este valor. Na Comissão de Orçamento, foi aprovado uma reserva de R\$ 3,5 bilhões, valor que possibilitaria aumentar o piso salarial para R\$ 240.

O Orçamento da União está ainda mais apertado por causa do último acordo feito entre o governo Fernando Henrique e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O acordo estabelece que o Brasil deve garantir um superávit primário de 3,75% do PIB. Esta necessidade de superávit provoca reduções de verbas que poderiam ser investidas na área social. Alguns parlamentares da esquerda do PT criticam o acordo, e pedem que o governo faça uma realocação destas verbas, hipótese descartada por Lula, que se comprometeu a cumprir o acordo. Por outro lado, Lula também rechaça a proposta do FMI de rever o acordo, aumentando o superávit.

Novo mapa político dos estados

Apesar da vitória de Lula e do bom resultado no Congresso, PT elegeu apenas três governadores. O partido com mais governadores eleitos foi o PSDB, com sete

ACHAMADA "ONDA LULA" NÃO TEVE O EFEITO ESPERADO NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS. Dos oito candidatos a governadores do PT que disputavam o segundo turno, apenas um saiu vitorioso, o atual governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT. O partido tinha conseguido eleger dois governadores no primeiro turno. Alguns dos candidatos do partido foram derrotados no segundo turno por uma diferença de votos mínima, como José Airton, no Ceará, e Geraldo Magela, no Distrito Federal.

O PSDB, do candidato derrotado nas eleições presidenciais, José Serra, e do presidente Fernando Henrique Cardoso, venceu as eleições em sete estados, sendo cinco no segundo turno. O partido governará os dois maiores colégios eleitorais do país: São Paulo e Minas Gerais. O PMDB, que só tinha eleito um no primeiro turno, conseguiu eleger mais quatro no segundo, tornando-se o segundo partido com mais governadores. Apesar de o partido estar na chapa de Serra, alguns de seus candidatos declararam apoio a Lula antes da realização do segundo turno.

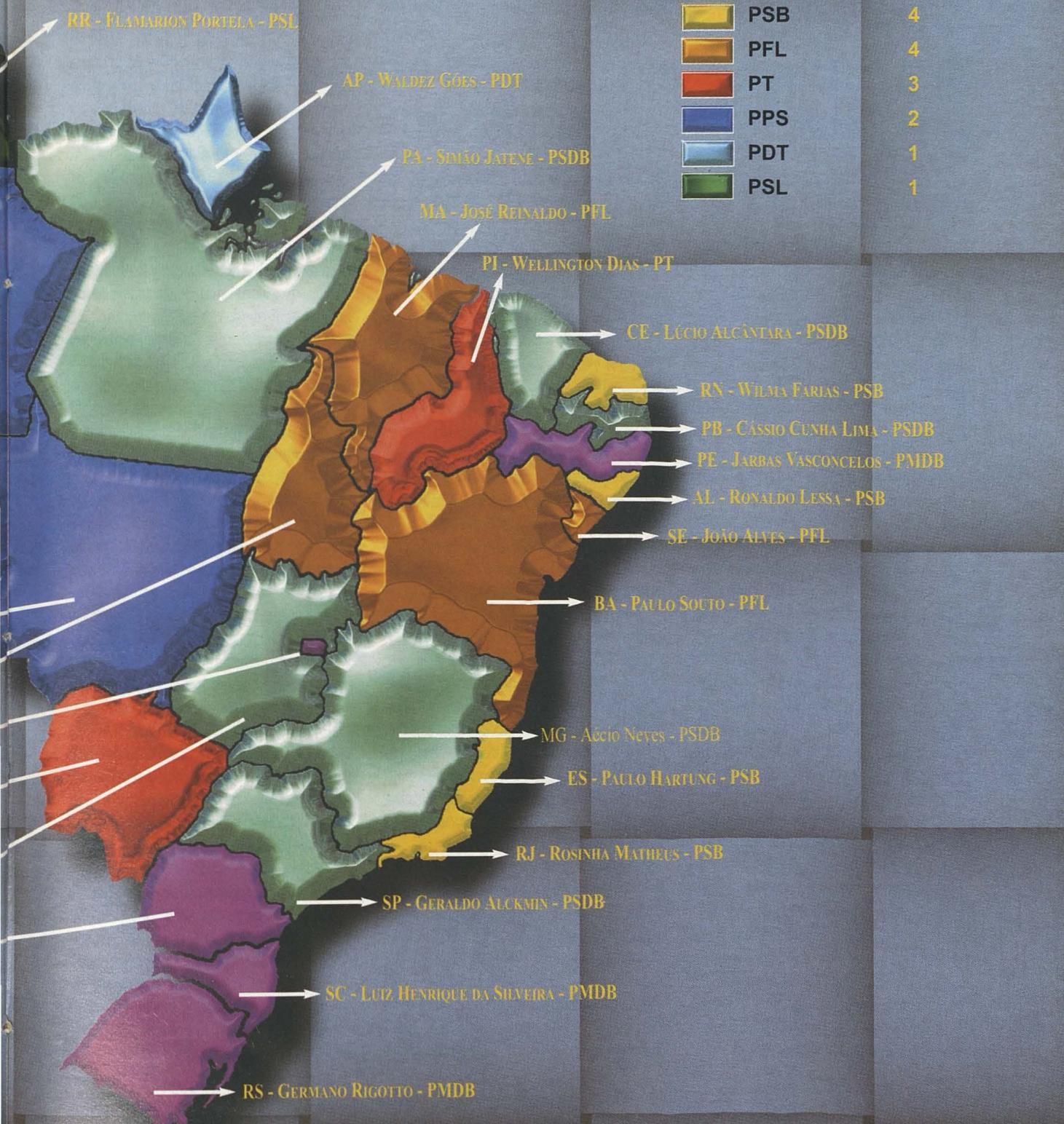
O PSB do candidato Anthony Garotinho e o PFL elegeram quatro governadores cada. Dos partidos que apoiaram Ciro Gomes no primeiro turno e Lula no segundo, o PPS elegeu dois governadores, e o PDT um. O atual governador de Roraima, Flamarion Portela, do inexpressivo PSL, conseguiu se reeleger. (Alvaro Neiva) ■



GOVERNADORES ELEITOS

PARTIDO Nº DE GOVERNADORES

PSDB	7
PMDB	5
PSB	4
PFL	4
PT	3
PPS	2
PDT	1
PSL	1



Feudalismo político

Em um Brasil em mudança, o Maranhão fica refém de velhas e condenáveis práticas

NA ÚLTIMA CAMPANHA ELEITORAL, VISITEI DEZENAS DE MUNICÍPIOS EM TODAS AS REGIÕES DO MARANHÃO, dos limites com o Pará, do Atlântico às cabeceiras do rio Parnaíba no extremo sul do estado, na divisa com o Piauí. Alguns deles se distanciavam mais de mil quilômetros e estão iniciando sua condição de autonomia recentemente conquistada. Dezenas de milhares de quilômetros percorridos enfrentando, em muitas situações, as piores estradas do Brasil, abandonadas pelos governos do país e do estado. Como sertanejo do rio Parnaíba, sempre cultivei o interesse pelo interior do estado, mesmo sem vinculação com o compromisso eleitoral.

Já havia, no trabalho jornalístico e em outras oportunidades, conhecido muitos desses municípios e por isso mesmo foi possível estabelecer alguns parâmetros de comparação entre o passado e o presente.

Como o país inteiro já conhece, o Maranhão é um dos últimos redutos em que o feudalismo político continua resistindo: com algumas exceções, em um largo período de quase meio século não houve alternância de poder. Isso fez com que núcleos oligárquicos continuassem enquadrados nos governos do estado e inúmeros municípios.

Não diria que já somos uma democracia. Estamos muito longe desse sonho, mas a última campanha eleitoral revelou mudanças muito expressivas no comportamento político das populações.

Recordo-me do tempo em que a resistência democrática se resumia em São Luís que, pela sua brava e sacrificada luta, recebeu o título que ostenta de Ilha Rebelde, e mais alguns municípios que derrotavam o oficialismo. No auge da luta eram três na conturbada década de cinqüenta: Arari, liderado por um dos mais ilustrados

e combativos líderes progressistas, o padre Clodomir Brandt, Dom Pedro, em que um coerente e corajoso dirigente camponês, Alcebíades Melo, sublevava o interior e Balsas, no alto sertão – hoje, a capital da soja – com destemidos grupos de lutadores por justiça social, entre os quais um médico socialista, Rosi Curi, conseguiram a façanha de eleger prefeitos descompromissados com as oligarquias.

Essa recente campanha revelou mudanças essenciais. As razões são claras: o cansaço do povo por viver afundado no atraso à margem de qualquer resquício de avanço democrático e desenvolvimento econômico e social e alguns fatores emocionais e internos que estimularam a resistência. Três deles foram decisivos: as rodovias, quase todas federais, mesmo esburacadas, facilitaram o intercâmbio de pessoas e idéias; o êxodo rural para São Luís, facilitando as comunicações e o intercâmbio de informações, sobretudo, o rádio e a televisão. Nesse último fator os resultados do avanço foram notáveis. Encontrei distritos rurais em que quase todas as casas tinham rádio, muitas televisões e até parabólicas. Perguntei a um velho camponês aposentado como com um salário mínimo conseguira comprar aquela parabólica. “São os nossos filhos que trabalham em São Luís, São Paulo e no Rio que nos mandam no Natal. Este ano vamos receber mais cinco”. E rompiam assim o bloqueio da informação.

Essa abertura ao país foi fundamental e teve repercussão decisiva nas eleições. Pela primeira vez as Oposições – Frente Trabalhista (PDT, PTB, PPS, PTN), o PT e outros grupos – chegaram a todo o estado, mobilizando o povo, venceram em dezenas de municípios e em outros ameaçaram as oligarquias na organização e nos votos. Às vésperas do pleito a pesquisa do Ibope

apresentou o resultado de 48 pontos para o governo e 48 para a Oposição, mas já era evidente a clara maioria do candidato oposicionista Jackson Lago, cuja vitória sofreu o que se chama no Maranhão “assalto às urnas”, modificando em favor do candidato governista o resultado eleitoral.

Os métodos tradicionais – a pressão policial e o abuso do poder oficial usados para mudar o resultado das urnas e a conveniência de juízes ainda foram aplicados, mas já se tornaram insuficientes. Foi necessária uma derrama de dinheiro nos municípios como jamais se vira no estado e mesmo no país. Nas “colas” permitidas pela Justiça Eleitoral se occultavam cédulas de 20 a 50 reais, distribuídas por grupos organizados em todos os municípios e por milhares de agentes vestidos com camisas com a inscrição “Fiscal”.

Um avião encarregado da distribuição do dinheiro aos cabos eleitorais nos municípios, contratado por funcionários oficiais atuando no partido foi interceptado. O inquérito correspondente está em curso na Polícia Federal e na Justiça. Um coronel reformado ligado ao grupo Sarney foi preso com altas quantias a serem entregues nos campos de aviação a pessoas que ali o esperavam.

Esse problema está entregue à Justiça e quando seus detalhes forem conhecidos pelos juízes e o país, ficará difícil, senão impossível, aceitar os resultados fraudulentos de uma eleição que, nitidamente, foi ganha pela oposição.

Mas o resultado desse julgamento pela Justiça só terá sido possível pela decisão de milhares de pessoas que tiveram a coragem de falar, dominadas por uma consciência democrática.

E se a Justiça atuar como se espera se liquidará um dos últimos baluartes do feudalismo eleitoral no país. Já era tempo. (Neiva Moreira) ■

Roriz vence eleições suspeitas

Envolvido em denúncias de grilagem de terras públicas, e responsável pela censura a um jornal brasiliense, governador do Distrito Federal consegue se reelegir. Seu opositor, Geraldo Magela, questiona o resultado e exige recontagem

APESAR DE JOAQUIM RORIZ, DO PMDB, TER SIDO DECLARADO OFICIALMENTE ELEITO PARA SEU QUARTO MANDATO COMO GOVERNADOR DO

DISTRITO FEDERAL (DF), este processo eleitoral ainda deve ter complexos e demorados desdobramentos, em função de uma série de supostas irregularidades.

Lécio Resende da Silva, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do DF, pediu à Polícia Federal a abertura de inquérito sobre uma possível ação da Polícia Civil no dia do segundo turno das eleições, reprimindo militantes do Partido dos Trabalhadores, e facilitando o trabalho de aliados de Roriz. A denúncia já havia sido feita por Geraldo Magela, candidato derrotado, e foi reiterada por um policial em entrevista à Rede Globo. O policial apontou Laerte Bessa, diretor-geral da Polícia Civil, e André Duda, um dos principais assessores de Roriz, como responsáveis pelo esquema, que incluiria o pagamento de R\$1.600 a cada policial envolvido.

Além disto, o chefe do Ministério Público Eleitoral no DF, o procurador da República Antônio Carneiro Sobrinho, emitiu um parecer favorável ao pedido de Geraldo Magela de recontagem dos votos de 1.186 urnas, um terço do total. Com isto, teriam que ser revistos 447 mil votos de seções onde houve simultaneamente votação eletrônica e manual. Segundo os advogados de Magela, o resultado da votação nestas seções fugiu ao padrão das quais onde só foi usada a urna eletrônica. A decisão final sobre a recontagem cabe à juíza Sandra de Santis, presidente da Comissão Apuradora do TRE-DF. A reconta-

A ocupação de terras públicas é um dos maiores problemas da capital. Roriz, de tradicional família goiana, diz para quem quiser ouvir que distribuiu, distribui e continuará distribuindo lotes em cima das terras públicas, afirmado que há terra suficiente no Brasil para fazê-lo

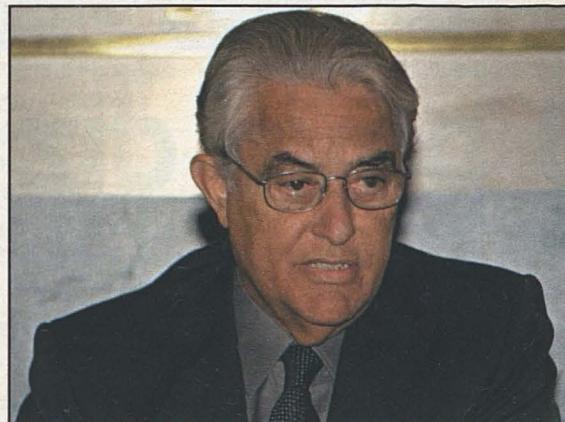


Foto: Agência Brasil

gem pode mudar o resultado da eleição, na qual Roriz venceu por uma pequena margem: pouco mais de 15 mil votos, ou 1,4% dos votos válidos.

Porém, os escândalos não começaram apenas depois das eleições – foram uma marca de toda a campanha. Segundo denúncias do Ministério Público do Distrito Federal, Roriz e seu amigo Pedro Passos, eleito deputado distrital, estariam envolvidos em grilagens de terras públicas. Passos chegou a ter prisão preventiva decretada, evadiu-se e reapareceu dentro do prazo no qual candidatos não podem ser presos. Geraldo Magela (PT), também, foi recebido acusações de ter facilitado a criação de um condomínio irregular.

Ainda em setembro, Joaquim Roriz obteve liminares contra a divulgação de fitas de suas conversas com Pedro Passos, nas quais o governador promete ao amigo que faria gestões para que a NOVACP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) não mais incomodasse a família Passos, derrubando as cercas de uma área próxima à terceira ponte do lago de Brasília, que ainda está em construção e vem sendo

cobiçada pela especulação imobiliária. Pedro Passos, que quase rompeu com Roriz porque se sentiu abandonado pelo governador, gravou as fitas que foram apreendidas pela Polícia Federal e, depois disso, Roriz começou a perder votos e foi obrigado a enfrentar o segundo turno.

Dez dias antes do segundo turno, a bancada de Roriz na Assembléia Distrital criou a CPI das Fitas ameaçando – sem provas – o candidato Geraldo Magela. E o corregedor da assembléia, João de Deus (PPB), derrotado em seis de outubro, chegou a avançar contra a deputada Maria José Maninha (PT), que levou cópia das fitas para o plenário, onde todos ouviram os diálogos entre o governador e Passos.

No dia 24 de outubro, por ordem da Justiça Eleitoral do Distrito Federal, o jornal Correio Brasiliense foi proibido de divulgar integralmente das fitas. Feito a pedido do governador, a restrição causou preocupação em toda a sociedade civil brasileira por se tratar de uma censura prévia nos mesmos moldes praticados pela censura militar. (Memélia Moreira e Alvaro Neiva) ■



Cerca de 10 milhões de brasileiros rejeitam o acordo da Alca e a entrega da base de Alcântara (MA) aos EUA, no maior plebiscito não-oficial da história do país

O povo diz não à Alca

Vitor Fraga

OS NÚMEROS NÃO DEIXAM DÚVIDAS: COM 10.149.542 VOTOS, O PLEBISCITO NACIONAL SOBRE A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA), mostrou que uma parcela significativa da população brasileira é contra a sua implantação. Do total de votantes na consulta, realizada entre 1º e 7 de setembro, 98,33% não querem que o governo assine o acordo e 95,94% acham que o país não deve mais nem participar das negociações, além dos 98,59% que exigem o cancelamento do tratado que entrega aos Estados Unidos o controle do Centro de Lançamentos de Alcântara (MA) (ver box).

Para João Pedro Stédile, da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da campanha contra a Alca, o resultado do plebiscito foi um enorme sucesso, tanto quantitativamente quanto em termos de mobilização. “O mais importante é que o plebiscito foi um grande exercício coletivo de pedagogia de massas. Ele serviu para que os militantes sociais conversassem com o povo, debatessem, explicassem os perigos da Alca e da entrega da base de Alcântara”, afirma Stédile.

Com o lema “Soberania não se negocia”, o resultado do plebiscito organizado pe-

No alto, a ‘Caminhada da soberania’, em um domingo ensolarado no Rio de Janeiro. Ao lado, o ato de apresentação do resultado final do plebiscito que reuniu, além dos representantes da coordenação nacional da campanha, milhares de militantes em Brasília



Imagens: Divulgação

la Campanha Jubileu Sul/Brasil foi entregue oficialmente no Palácio do Planalto, Senado Federal, Câmara dos Deputados e embaixada dos Estados Unidos.

Apenas um parlamentar, o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh, do PT de São Paulo, compareceu à manifestação. Único candidato a presidente que divulgou a campanha contra a Alca em seu programa eleitoral na tevê, José Maria de Almeida, do PSTU, criticou a ausência da direção do Partido dos Trabalhadores na campanha. “A Alca é um avanço na direção da recolonização dos países da América Latina. Se o PT estivesse conosco, certamente a votação seria maior. Mas os movimentos sociais vão continuar a luta”, declarou Zé Maria.

Os números do plebiscito

Realizado por 120.860 militantes de movimentos sociais, pastorais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), partidos políticos, sindicatos, associações de moradores e movimento estudantil, o plebiscito, que fez parte das manifestações do Grito dos Excluídos, colheu votos em 41.758 urnas, espalhadas por 3.894 municípios do país. Na primeira pergunta, "O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca?", foram 9.979.964 "nãos" (98,33%) contra 113.643 respostas positivas (1,12%), além de 32.291 votos em branco (0,32%) e 23.738 nulos (0,23%). Responderam "não" à segunda pergunta, "O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca?", 9.737.190 votantes (95,94%); 341.593 disseram "sim" (3,37%), 47.470 votaram em branco (0,47%) e 23.289 anularam (0,23%). A terceira pergunta dizia respeito à proposta do acordo de cooperação Brasil-Estados Unidos de uso do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). Foi o "não" mais sonoro: 10.006.740 votos contrários (98,59%). Responderam "sim" 66.219 pessoas (0,65%), com 1.100 votos em branco (0,01%) e 21.547 nulos (0,21%). Mesmo num pleito não-oficial, sem divulgação nos grandes meios de comunicação, o total de votos atingiu a marca de 8,8% do eleitorado brasileiro (5,9% da população).

Sim à vida

NÃO ALCA

outra América é possível



**Soberania sim !
ALCA não !**

Os expressivos números do plebiscito representam uma vitória do povo brasileiro. A campanha segue questionando a Alca e discutindo sobre a possibilidade de outro tipo de integração, que respeite a soberania dos países latino-americanos

balhadores e estudantes. "Tivemos 50 mil votos na região, superando a marca do plebiscito da dívida, não só em números, mas também em mobilização e debate", comemora o estudante de História Bernardo Cotrim, diretor do DCE e militante do PT.

Arino Guimarães, 66 anos, enxerga longe quando relata o trabalho na Associação de Moradores da Vila da Penha, subúrbio do Rio de Janeiro. "Tivemos um

bom desempenho na coleta de votos. Defendemos os interesses da nação visando às gerações futuras", esclarece o técnico mecânico aposentado. "A campanha do plebiscito despertou a vontade das pessoas em conhecer a realidade do país e do mundo", ressalta.

Aumento da exclusão social

Sem a mesma vivência, P. Júnior, 28 anos, oito de movimento hip-hop, demonstra clareza semelhante. "Com a Al-

ca, os mais atingidos serão pobres e negros, que já estão excluídos de tudo – trabalho, educação, informação. A Alca vai atingir diretamente o povo pobre e favelado", critica P. Júnior, um dos autores da música *O século das Américas*, incluída no CD da campanha, que foi distribuído para rádios comunitárias de todo o país.

Urnas apuradas, vitória conquistada. Entretanto, esta não foi a batalha definitiva. O dia 31 de outubro foi escolhido para a Jornada Continental de Luta contra a Alca, com atividades em diversos países, por conta da XII Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca, realizada em Quito, Equador (ver Panorama Internacional).

Para o primeiro semestre de 2003, o principal plano é a entrega de um grande abaixo-assinado ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para que se retire das negociações e rompa o acordo de Alcântara.

Ao Congresso Nacional, será encaminhado um projeto de lei de iniciativa popular para a convocação de um plebiscito formal – para o qual é necessário um milhão de assinaturas, menos de 10% do quórum do plebiscito. Segundo os organizadores, já estão marcados plebiscitos em outros nove países da América, com debates inclusive no Canadá, no México e nos Estados Unidos.

No que depender dos militantes, a luta não vai parar mesmo. "Tenho certeza de que essa campanha vai continuar, não vamos deixá-la cair", diz "seu" Arino, animado. Para completar, conta uma história que dispensa comentários. "No dia do plebiscito, na comunidade do Sereno, duas moradoras, a Sandra e a Margarida, responsáveis pela urna, procuraram um lugar onde passasse bastante gente, e montaram a mesa. De repente, a polícia chegou atirando. Mesmo na correria, elas recolheram o material e entraram na associação de moradores. Eu mesmo teria deixado tudo para trás... Isso mostra que o povo brasileiro, quando é chamado, responde presente. E com altivez", assinala. ■

Novo jornal, novas perspectivas

O Brasil de Fato, um jornal alternativo de grande tiragem e circulação nacional, tem lançamento previsto para o Fórum Social Mundial de 2003

José Arbex

HUGO CHÁVEZ, DITADOR GOLPISTA DA VENEZUELA, RENUNCIOU AO CARGO APÓS TER CONDUZIDO O SEU PAÍS AO DESASTRE ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL. Caiu, como Fujimori, De la Rúa e outros ditadores e líderes populistas, por pertencer a um passado atrasado, incompatível com a moderna América Latina, perfeitamente integrada ao mercado. Foi assim, em síntese, que a "grande mídia" fingiu "cobrir" a suposta "renúncia" de Chávez, no dia 11 de abril. Poucas vezes explicitou-se de forma tão óbvia a prática da mentira, falsificação, mistificação e uso da mídia como porta-voz dos interesses imperialistas do Tio Sam. A diferença, no caso da Venezuela, é que a dose cavalar causou espanto até mesmo naqueles que ainda acreditam na fábula da mídia ser uma espécie de "guardiã da democracia", "porta-voz da sociedade civil" e outras bobagens semelhantes. Não faltaram debates, *talk shows*, artigos em jornais e revistas para discutir "o que deu errado". Pois bem: o que "deu errado" foi a existência do povo...

Se a "cobertura" da quartelada venezuelana teve algum mérito, foi o de novamente atualizar, com grande acuidade, a urgência – já tantas vezes debatida pelos movimentos sociais – de construir um veículo alternativo nacional, de grande tiragem, como forma de apresentar uma outra versão dos fatos. Ela fortaleceu a convicção de que estavam no caminho certo as discussões, já em curso, para o lançamento do jornal que, seis meses depois, seria batizado como *Brasil de fato*, com lançamento previsto no Fórum Social Mundial de Porto Alegre - 2003. O jornal terá formato tablóide germânico, 24 páginas. Será organizado em quatro grandes editorias: Brasil (política e economia), Internacional, Cultura e Esportes.

A construção coletiva de um projeto é sempre difícil e, ao mesmo tempo, gratificante. Realizamos, inicialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Florianópolis, várias reuniões, plenárias, incorporando todas as pessoas interessadas. Participaram integrantes do MST, das pastorais sociais católicas, de rádios comunitárias, de vários movimentos sociais (sem-teto, hip-hop, contra o racismo, estudantes etc.), além de jornalistas, fotógrafos, professores universitários, trabalhadores e intelectuais. A idéia é, com o tempo, integrar cada vez mais pessoas a este processo, criando comitês do jornal em todos os estados, estabelecen-

**Queremos
mostrar
o "Brasil
profundo"
e chegar até
os últimos
rincões
de nossa terra**

do assim uma "capilaridade" de grande alcance e extensão. O nosso denominador comum, em termos ideológicos, é a plataforma da Consulta Popular, por um Brasil autenticamente democrático e soberano, não submetido aos ditames do imperialismo.

Em uma palavra, o nosso jornal pretende ser a síntese impressa de uma "rede de redes" dos movimentos sociais e populares: seus colaboradores estarão espalhados por todos os cantos do Brasil – leitores individuais que queiram contribuir com relatos e denúncias, ou ativistas já integrados às redes de rádios comunitárias, pastorais católicas, estudantes universitários etc., além dos convênios acertados com outras redes nacionais e internacionais que já publicam seus materiais, como a Alai, a Adital, o Diário de Urgência, a Z Magazine e muitas outras. Haverá um corpo de jornalistas profissionais, uma Redação que selecionará o material, decidirá pautas, fará reportagens, editará o material, enfim: será o responsável pela produção cotidiana do jornal.

A tiragem inicial será de 100 mil exemplares. O jornal será vendido em bancas, por assinaturas e por ativistas que serão remunerados por seu trabalho de venda. Queremos, obviamente, ampliar a tiragem e conquistar anunciantes, de tal forma que possamos, em um prazo razoável, transformá-lo em jornal diário. Dadas as suas características, será

um jornal plural, com espaço para as vozes que se expressam no campo popular. Não será "ideológico", no sentido de que portará muito mais reportagens, notícias e fatos do que os tradicionais "artigões" que defendem teses sobre conjuntura ou concepções doutrinárias. Tampouco será um "condomínio" de correntes, partidos e tendências. Isso não significa que será "apolítico"; ao contrário: queremos que a política apareça nos fatos concretos reportados e não na forma de teses. Os fatos deverão mostrar, por si só, o significado nefasto do neoliberalismo e da exploração capitalista. Por isso mesmo, faremos um esforço imenso para superar a tradicional limitação geográfica da produção e divulgação das notícias ao "eixo Rio-São Paulo". Queremos mostrar o "Brasil profundo" e chegar até os últimos rincões de nossa terra.

O desafio é imenso. Mas as perspectivas são muito boas. Vemos um tempo de mudança, como mostra a vitória de Lula (ou mesmo a de Chávez, contra todas as forças da reação, incluindo a grande mídia). Então, pau na máquina!

Direito à universidade

Encontro no Rio de Janeiro reúne representantes de 80 cursos para discutir as perspectivas da educação popular no país

Michelle Strzoda

COM A PARTICIPAÇÃO DE CURSOS POPULARES DE DIVERSOS ESTADOS, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, além de Rio de Janeiro e São Paulo, que compareceram com as maiores delegações, foi realizado no início de setembro, no município de Nova Iguaçu (RJ), o II Encontro Nacional de Pré-vestibulares Populares, cujo tema central foi “Do direito à universidade à universalização dos direitos”.

Na opinião do professor Pablo Gentili, educador e pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj, o encontro é importante porque “é uma tentativa de articular, através

do diálogo, um movimento diversificado e heterogêneo”.

O encontro, que teve um público estimado em 250 pessoas (educadores, monitores, alunos e colaboradores de cerca de 80 cursos pré-vestibulares populares), discutiu o grande crescimento desses cursos. Esse crescimento pode ser percebido no estado do Rio de Janeiro, que concentra hoje em torno de 170 cursos, situados em centros comunitários, universidades, igrejas, escolas, entre outros locais.

Pedagogia diferente

“O movimento de pré-vestibulares populares é um dos mais expressivos da década de 1990”, analisou Lúcia Neves, doutora em Educação pela UFRJ, participante da mesa de abertura, “Movi-

mentos sociais e democratização”. A expressividade descrita pela educadora ficou registrada desde as apresentações presentes na programação até as intervenções feitas pelos participantes do encontro, em que a subjetividade e o envolvimento com as causas socioeducacionais foram constantes.

Edna Araújo, educadora popular infantil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, descreveu o trabalho pedagógico do MST em São Paulo, e como isso influenciou sua atividade de educadora. “Devemos ocupar os lugares na universidade, mas organizados. No coletivo, você organiza muito mais porque individualmente essa organização é insuficiente”, declarou. Assim como os demais educadores populares presentes no encontro, Edna Araújo, acredita que “o coletivo tem outro significado: o de educar e de dar possibilidade de se pensar de forma diferente”.

Formação pedagógica, políticas de ação afirmativa e criação da rede nacional de pré-populares foram os temas dos três grupos de trabalho, espaços de discussão e trocas de experiências, onde foram formuladas as propostas apresentadas na plenária. “O encontro foi bastante interessante para ver que há gente engajada no movimento de educação popular em todo o Brasil, e para trocar experiências pedagógicas importantes para o nosso dia-a-dia”, comentou Flávio Paixão, do pré-vestibular Universidade Popular.

Medidas como a criação de um fórum aberto e permanente e de uma rede nacional de pré-populares foram algumas das resoluções tiradas no encontro, cujas deliberações deveriam ser divulgadas o mais rápido possível, com a intenção de ampliar cada vez mais o universo do movimento.

O início do movimento

O movimento nacional de pré-vestibulares comunitários, foi criado diante da constatação que não é mais possível ignorar o privilégio que o sistema de acesso às universidades proporciona a determinadas classes e grupos sociais, majoritariamente constituídas pelas classes média e alta, e do fato que as escolas públicas dos ensinos fundamental e médio formam seus alunos com níveis inferiores de conhecimento em relação às instituições privadas. Em maio de 2000, Florianópolis sediou pela primeira vez o encontro de cursos que praticam educação popular, sem fins lucrativos e se classificam como plurideológicos. Realizado na UFSC, o encontro teve seus anais publicados de forma a socializar as demandas e deliberações do fórum. Nesta ocasião, ficou decidido que em dois anos seria realizado o II Encontro, no estado do Rio.

Ecuador

Protestos contra ALCA

Organizações sociais e ambientalistas organizaram um grande protesto contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em Quito, capital do Equador, durante a realização da XII Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca. Os protestos foram duramente reprimidos pela polícia equatoriana.

As forças de segurança utilizaram bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar os milhares de manifestantes, deixando pelo menos três pessoas feridas. Além das organizações sociais equatorianas, ativistas de diversos países estiveram presentes, como o brasileiro Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), sindicalistas, ativistas ambientais e indígenas da Bolívia, Colômbia, Peru e países da América Central.

O vice-presidente do Congresso equatoriano, Antonio Posso,

criticou a tentativa de criação da Alca “a portas fechadas, com prazos arbitrários e com base em documentos de acesso restrito”. Para o deputado, a sociedade não sabe sobre o que está sendo negociado, o que é grave, já que “qualquer acordo comercial é uma decisão política, que modifica e determina as condições de vida das pessoas”.

O governo da Venezuela, por sua vez, apresentou uma proposta ao Comitê de Negociações Comerciais (CNC) de postergar de 2005 para 2010 a entrada em vigor da Alca. A medida visaria a evitar prejuízos econômicos e relacionados à soberania dos países membros. Também foi proposta a participação popular durante o processo de negociação.

Segundo o ambientalista Eduardo Gudynas, a iniciativa venezuelana “apresenta fortes implicações, porque é a mais dura posição formal” de um governo diante do plano norte-americano de encurtar as negociações. “O Brasil e outros países também têm deixado claro suas discordâncias, contudo nunca apresentaram uma proposta deste tipo”, completou. ■

Colômbia

Pressão popular sobre governo de Uribe

Servidores públicos e organizações campesinas colombianas iniciaram no final do mês de setembro o primeiro grande protesto contra a política econômica e social do novo presidente Álvaro Uribe. Também entraram em greve trabalhadores das áreas de saúde, educação, justiça e controladores do trânsito aéreo, apoiados pelas três centrais sindicais do país.

Os servidores públicos criticaram os projetos governamentais de reforma trabalhista e de pensões, assim como o Estado de Comoção Interior, declarado por Uribe cinco dias após assumir a Presidência, no dia 7 de agosto, restringindo os direitos individuais e a liberdade de expressão.

A greve estatal coincidiu com o começo das manifestações do Conselho Nacional Camponês (CNC), que reúne dez organizações. O CNC exige, entre outros pontos, a suspensão da importação de alimentos, que contribuiria para o empobrecimento dos assalariados e minifundiários de áreas rurais. O CNC afirmou que em pelo menos cinco departamentos, forças de segurança e paramilitares foram usados para reprimir os protestos. No departamento de Caldas, soldados detiveram aproximadamente 90 famílias pertencentes a comunidades indígenas somente por participarem da mobilização, e paramilitares ameaçaram assassinar os manifestantes. ■



Brasil

Lançada a terceira edição do Fórum Social Mundial

OFórum Social Mundial (FSM) de 2003 foi lançado oficialmente no dia 23 de setembro na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Estiveram presentes integrantes da secretaria do FSM, representantes dos Fóruns Sociais Temáticos da Argentina e Regional Europeu, o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, e João Verle, prefeito de Porto Alegre. A perspectiva de internacionalização do FSM foi um dos destaques do evento.

A terceira edição do Fórum Social Mundial acontecerá na capital gaúcha entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2003. A novidade no ano que vem será a organização de “Mesas de Diálogo e Controvérsia”, que irão permitir a participação de convidados de governos, órgãos da ONU e partidos políticos, restringidos durante a edição anterior do FMS por uma chamada “Carta de Princípios”. O objetivo será estimular debates que contribuam para a construção de propostas e estratégias voltadas à sociedade civil mundial.

As discussões do FMS-2003 serão baseadas em cinco eixos temáticos: Desenvolvimento Democrático Sustentável; Princípios e Valores, Direitos Humanos e Diversidade; Mídia, Cultura e Contra-Hegemonia; Poder Político, Sociedade Civil e Democracia; e Ordem Mundial Democrática e Paz. ■

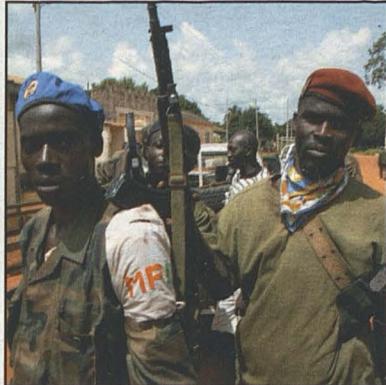
Costa do Marfim

Negociações para trégua

Seis governantes de países africanos chegaram, no dia 23 de outubro, à capital da Costa do Marfim para mediar o conflito no país. O grupo receberá o auxílio do presidente da União Africana e África do Sul, Thabo Mbeki. O cessar-fogo foi instituído depois que o governante da Costa do Marfim, Laurent Gbagbo, aceitou o plano de paz proposto pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao).

Os rebeldes do Movimento Patriótico da Costa do Marfim (MPIC, sigla em francês), que lutam contra o governo, assinaram o acordo de trégua, mas declararam que somente deixarão as armas se forem marcadas eleições em um prazo de seis meses. As forças francesas posicionadas no país foram encarregadas de garantir o cumprimento do cessar-fogo.

O conflito na Costa do Marfim se acirrou no dia 19 de setembro com uma tentativa de golpe de Estado, orquestrada pelo líder opositor, Alassane Ouattara. Os rebeldes envolvidos pretendiam retirar Gbagbo do poder e organizar eleições livres. Ocorreram motins em Abidjá (capital econômica



ca do país), Bouaké, segunda maior cidade, Daloa e Korhogo, provocando uma onda de refugiados e centenas de mortos.

A guerra acabou intensificando as divisões étnicas no país. Os integrantes do governo e a população da região meridional são, em grande parte, cristãos, religião minoritária no país. Já os insurgentes pertencem ao islamismo e à etnia dioula, e reivindicam direitos para os habitantes da zona setentrional. Os muçulmanos são cerca de 25% da população do país, contra 12% de cristãos. ■

Senegal

Conflito perto do fim

Organizações não-governamentais que negociam um acordo entre o governo do Senegal e a guerrilha separatista da província de Casamance, na fronteira com a Guiné-Bissau, estão otimistas com relação ao fim do conflito.

A guerra que toma conta do país começou em 1982, com a criação do Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC), dirigido pelo abade Austin Diamaconde Senghor. Seu braço armado, Atika, encabeçou desde então uma rebelião contra o governo. A população dessa região pertence à etnia diole, animistas que se orgulham de sua independência e resistência às sociedades islâmicas hierarquizadas do norte.

Desde que o conflito começou, sucessi-

vos governos não conseguiram neutralizar o levante, cujos líderes tiravam proveito da localização geográfica de Casamance, separada do resto do país pela Gâmbia, e o apoio da população local, de um milhão de pessoas.

Em março de 2001, o presidente sene galês Abdoulaye Wade anunciou a assinatura de um ambicioso, ainda que provisório, acordo de paz que asseguraria o cessar-fogo e um importante processo de reconciliação.

O MFDC renunciaria às suas pretensões de independência em troca de promessas de investimentos e respaldo para reconstruir Casamance, devastada pela guerra. A proposta ainda previa a libertação de presos políticos, a livre circulação de pessoas e bens ao sul e a volta dos refugiados. O acordo, contudo, não foi cumprido, devido a uma série de divergências internas dentro do movimento. A expectativa é que as negociações atuais consigam um consenso que possibilite o fim dos conflitos. ■

RD Congo

Ruanda retira tropas

A retirada das tropas ruandesas da República Democrática do Congo (RDC) começou no final de setembro. O acordo tinha sido acertado no dia 30 de julho, e serviu para pôr fim a uma guerra de cinco anos entre os dois países. Pelo tratado assinado na África do Sul, Ruanda comprometeu-se a abandonar o território da RDC. Em troca, os rebeldes ruandeses que ocupavam o território congolês seriam repatriados.

Ruanda controlava quase um terço do território da RDC, com aproximadamente 23 mil soldados localizados na região oriental do país. A retirada do exército, contudo, pode acabar aumentando a violência e agravando a crise humanitária. A conclusão é de funcionários do governo e organizações humanitárias.

“É provável que a situação de segurança possa piorar depois da nossa retirada, e adverti sobre este fato ao Conselho de Segurança das Nações Unidas”, assinalou o presidente ruandês, Paul Kagame. Funcionários da ONU que desempenham tarefas na RDC concordam que a ausência de tropas ruandesas pode criar um perigoso vazio de poder.

“Grupos de rebeldes congoleses estão se preparando para ocupar posições abandonadas pelos ruandeses, e a sua sobrevivência é garantida através de saques”, declarou Jean-Charles Dei, do Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas. Ele também afirmou que quase 900 mil pessoas da região oriental da RDC necessitam com urgência de alimentos e remédios, mas os combates nas áreas rurais os impede de obtê-los.

O PMA suspendeu no início de outubro suas atividades na cidade de Kindu, a 350 km da fronteira com Ruanda. O motivo foi a intensificação dos combates entre grupos rivais de insurgentes, que começaram a agir algumas horas após a retirada ruandesa, causando a morte de 50 civis. Várias organizações humanitárias já abandonaram as cidades mais perigosas. ■

Iraque

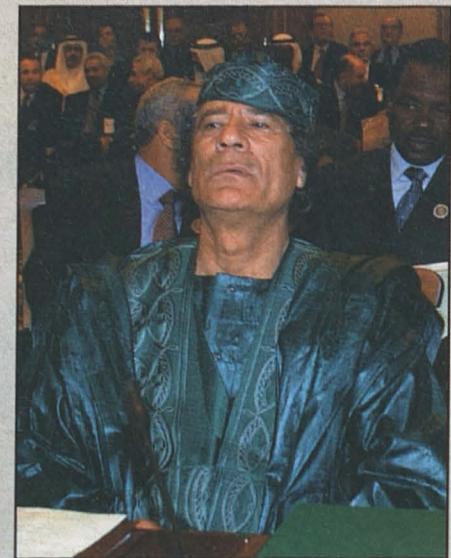
Saddam aceita resolução da ONU

O chanceler iraquiano Naji Sabri entregou, em 13 de novembro, uma carta ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, na qual afirma que o governo do país decidiu aceitar a volta ao país dos inspetores de armas da organização. O Conselho de Segurança das Nações Unidas havia aprovado, por unanimidade, a resolução 1441, estabelecendo "um regime de inspeções intensificado com o objetivo de levar ao cumprimento integral do processo de desarmamento".

Poucos dias antes da entrega da carta, o parlamento iraquiano tinha sugerido a Saddam Hussein que rejeitasse a resolução. Os deputados demonstraram insatisfação com a resolução, alegando que seria fruto de manipulação feita pelos EUA e a Grã-Bretanha sobre a opinião pública mundial.

Porém, o governo justificou ter aceitado a resolução na tentativa de evitar um possível ataque norte-americano. "É parte de nossa política proteger nosso país, proteger nossa região da ameaça da guerra, que é real", afirmou o embaixador do Iraque na ONU, Mohammed Aldouri. O governo iraquiano espera ainda que a ONU reconheça seus esforços e acabe com as sanções impostas ao país desde 1990.

De acordo com a resolução, o Iraque deve apresentar até 8 de dezembro um relatório detalhado sobre os programas de armas de destruição em massa. Os inspetores devem reiniciar seu trabalho até 23 de dezembro, e terão que entregar o relatório definitivo ao Conselho de Segurança até 21 de fevereiro de 2003. ■



Rússia

Crescem conflitos com separatistas chechenos

Rebeldes chechenos praticaram uma de suas mais ousadas ações em 23 de outubro, quando tomaram o Teatro Dubrovka, em Moscou, mantendo cerca de 700 reféns. O governo russo respondeu de forma violenta, invadindo o teatro e provocando a morte de pelo menos 140 pessoas.

Apenas duas pessoas foram assassinadas pelos terroristas, as demais morreram envenenadas pelo gás liberado pelo Serviço Federal de Segurança (FSB). O objetivo era neutralizar os rebeldes, impedindo-os de detonar explosivos presos ao corpo. Outros reféns seguiam sob cuidados médicos.

As autoridades russas demoraram quatro dias para divulgar o nome do gás lançado. Rendendo-se à

pressão internacional, o ministro da Saúde, Yuri Shevchenko, informou que foi utilizado um potente derivado do anestésico fentanil, obtido a partir do ópio.

A Rússia começou a ofensiva contra a república autônoma da Chechênia em setembro de 1999, inicialmente, para acabar com as bases de guerrilheiros islâmicos. A intervenção foi intensificada numa tentativa de conter os rebeldes que começavam a expandir suas operações pelo Cáucaso, promovendo ataques no vizinho Daguestão. A maioria muçulmana da Chechênia declarou sua independência em 1991, quando a União Soviética se desintegrava. A independência, contudo, não foi reconhecida internacionalmente. ■

Líbia

Enfraquecimento da Liga Árabe

O presidente da Líbia, Muamar-al-Khadafi, pediu no dia 24 de outubro o desligamento do país da Liga Árabe. Khadafi se declarou envergonhado pela política árabe em relação à crise entre os Estados Unidos e o Iraque, assim como ao conflito entre Israel e Palestina.

Em setembro, o presidente havia exortado o povo líbio a boicotar a liga em protesto contra o que denominou "covardia oficial árabe" diante dos Estados Unidos e de Israel. Desde então, a diplomacia árabe multiplica seus esforços para evitar a saída da Líbia.

Os ministros de Relações Exteriores da Liga Árabe estão preparando uma reunião para estudar as consequências da saída da Líbia, e também para buscar uma posição comum sobre os conflitos da região. As informações foram dadas pelo secretário-geral da Liga, Amro Muça. Ele teme que a saída da Líbia provoque uma reação em cadeia entre os outros 22 países membros.

A Liga Árabe, que tem sede no Cairo, foi fundada em 1945. Ela surgiu com o objetivo de estimular a unidade do mundo árabe, ajudar a acabar com a influência colonial na região e enfrentar o "desafio sionista". A organização, contudo, vem se enfraquecendo ao longo dos anos por conta de constantes disputas entre seus membros. ■

Europa

Ampliação da UE

A Comissão Européia decidiu, no início de outubro, que mais dez países poderão concluir as negociações em dezembro para a entrada na União Européia (UE) a partir de 2004. Os escolhidos foram: Lituânia, Letônia, Estônia, Polônia, Hungria, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Malta e Chipre. Bulgária e Romênia, contudo, teriam que esperar até 2007. Atualmente, a UE é composta por quinze países.

A Turquia, que pleiteia a entrada no bloco desde 1987, ficou de fora. Segundo os relatórios da Comissão Européia, o país ainda não cumpre as exigências mínimas sobre democracia e direitos humanos. Para aceitar a Turquia, a UE exige a abolição da pena de morte no país e um compromisso de respeito aos direitos da minoria curda. ■

Espanha

Batasuna debate autodeterminação

O partido independentista basco Batasuna, proibido em agosto por um tribunal da Espanha, anunciou no final de outubro que levará para o âmbito europeu o debate sobre a autodeterminação do País Basco. A nova estratégia do Batasuna é colocar o conflito pela autodeterminação da região entre as questões de discussão política na Europa, para favorecer o processo de paz. "Pedimos que o País Basco seja reconhecido no âmbito europeu como detentor a direitos políticos", explicaram os parlamentares Arnaldo Otegi, Joseba Andoni Urrutikoetxea e Joseba Alvarez Forcada.

A declaração judicial que ilegalizou o Batasuna foi respaldada pelo argumento de que o partido violou os princípios democráticos. A principal acusação contra o Batasuna é que ele "legítima e justifica" a existência e as ações da organização ilegal ETA, grupo armado que assassinou dezenas de pessoas nos últimos anos. Os independentistas bascos se autodefinem como uma nação da Europa sem Estado, constituída por uma população de 2,9 milhões de habitantes, distribuídos por uma área de 20.864 quilômetros quadrados localizada entre a Espanha e a França. ■

Saúde

Violência provoca grande mortalidade

A Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou, em outubro, seu primeiro informe sobre a relação entre violência e a saúde, fenômeno que atinge tanto países pobres como ricos. A violência figura entre as principais causas de mortes no mundo entre pessoas de 15 a 44 anos, e é responsável por 14% das mortes entre homens e 7% entre as mulheres.

O relatório indica que a metade do número das vítimas de violência corresponde a casos de suicídio; 30% a homicídios, e 20% a mortes relacionadas à guerra. Os gastos com serviços de saúde provocados pela violência aumentaram em vários países. Na Colômbia alcançam 5% do PIB; no Brasil 1,9%, e em El Salvador 4,3%, segundo um estudo promovido entre 1992 e 1997 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

De acordo com Etienne Krug, do Departamento de Prevenção a Traumatismos e Violência da OMS, as estimativas baseadas nestas estatísticas omitem "um número enorme de casos", como a violência doméstica, caracterizada por abusos contra as crianças, mulheres e idosos. "Em muitos países, esse tipo de violência nem mesmo constitui um delito", afirmou.

A taxa de suicídio em 2000 aumentou para 18,9 por cada 100 mil pessoas entre os homens e 10,6, entre as mulheres. Com relação aos homicídios, foram 13,6 por cada 100 mil entre homens e quatro entre as mulheres. Esses índices, contudo, variam de acordo com a região. Na África e na América, a taxa de homicídios foi quase três vezes superior que a de suicídios. Em contrapartida, no Sudeste asiático e na Europa, os suicídios representam o dobro dos homicídios. Na região do Pacífico Ocidental, a taxa de suicídios superou quase seis vezes a de homicídios. ■



O líder independentista basco Arnaldo Otegi, em reunião de seu partido, o Batasuna, proibido pela Justiça espanhola

Rei adia eleições



Foto: AFP

Sonho de democracia no Nepal distante novamente: o rei Gyanendra Dev adia as eleições parlamentares, alegando insegurança por causa da guerrilha

Júlio César Lima

O SONHO DE ELEIÇÕES DIRETAS PARA A ESCOLHA DO NOVO PARLAMENTO - FECHADO DESDE O ANO PASSADO SOB ORDEM DO REI GYANENDRA

DEV - do Nepal foi adiado por tempo indeterminado. O rei alegou falta de segurança por causa da ação dos guerrilheiros que combatem o governo há seis anos em uma guerra que já matou 4.700 pessoas.

Marcada para 14 de novembro, a suspensão das eleições frustrou a população.

Mais uma vez o rei interferiu no processo democrático e não há perspectiva de uma nova data. Gyanendra foi mais longe, desfazendo no mês passado o primeiro-ministro Sher Bahadur Deuba, sob a alegação de incompetência para lidar com a guerrilha maoísta, que tenta tomar o poder no país. Em seu lugar, o rei colocou Lokendra Bahadur Chand, mais dócil aos seus desejos.

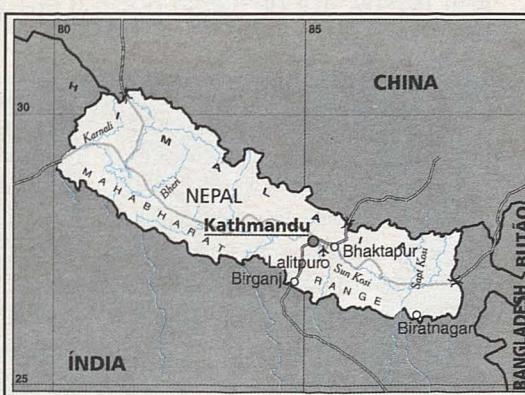
No ano passado, quando invocou o estado de emergência em todo o país, Gyanendra fechou o Parlamento e tornou-se chefe das Forças Armadas. Isso foi insuficiente para melhorar a situação do país.

A guerra promovida pelo Nepal Communist Party (NCP), colocado na ilegalidade desde que pegou em armas, continua indefinida. Nos últimos três meses, com o apoio da China e da Índia, que liberaram armas e recursos, o Exército fez várias ofensivas no interior do país. Na última semana, morreram 47 guerrilheiros na região de Okhaldunga. O ataque foi uma resposta ao massacre de 65 soldados da cidade de Sandikharka, no distrito de Arghakhanchi, no Oeste, há um mês. A morte dos soldados chocou o país e o governo deu uma resposta rápida.



Fotos: Júlio César Lima

Na outra página, o rei do Nepal, Gyanendra Dev. Ao lado, cidadãos observam cartaz com lista de guerrilheiros procurados pelo governo. Embaixo, mulher quebra pedras, em uma forma de trabalho comum no interior do país. As nepalsas trabalham oito horas por dia para ganhar cerca de dez dólares por mês



Reprodução: Encyclopédia do Mundo Contemporâneo

Nome oficial: Sri Nepala Sarkar (Reino do Nepal)

População: 23.386.000

Área: 140.800 km²

Capital: Kathmandu

Língua Oficial: Nepalês

Religião: Hindu (oficial): 86%; Budismo: 8%; Outras: 6%

Expectativa de vida: Homens – 58 anos; Mulheres – 57 anos

Moeda: Rupia nepalesa

Apesar disso, a classe intelectual do país dá suporte para a guerrilha. Professores, jornalistas e advogados defendem uma mudança no sistema. "Não há como mantermos um governo que não olha para o seu povo. Há carência de tudo e as pessoas estão perdendo a esperança", afirma B. B. Mithra, professor de Inglês em Baglung, a 200 quilômetros de Kathmandu.

A ofensiva governista inclui cartazes com as fotos dos líderes guerrilheiros espalhados pelo país, além de um convênio assinado com a Interpol de 170 países. "Isso tem pouca eficácia, pois o povo colabora com a guerrilha", disse Mithra.

Entre os líderes procurados está

Pushpa Kamal Dahal, o "Prachand", principal líder do movimento guerrilheiro e que mora entre o sul do país e a Índia, que lhe dá apoio logístico.

Mesmo com o apoio da maioria das vilas do interior, os maoístas são acusados de queimarem escolas, pequenos hospitais, cobrarem taxas dos agricultores, além de recrutarem menores para suas milícias.

O movimento cobra maior liberdade de imprensa e direitos humanos. Os maoístas acusam a polícia de brutalidade e de espancar trabalhadores. Em uma carta aberta à população, eles pedem a descentralização do poder, maior liberdade política e de expressão para as pessoas.

"O povo nepalês ainda não se acostu-

mou a viver em uma democracia. Isso se comprovou quando tivemos eleições anteriormente e muitos políticos corruptos foram eleitos, o que deu chance para o rei fechar o Parlamento sob a justificativa da defesa nacional. Mas se não votarmos de novo, como atingiremos maturidade?", disse Krishna Sayanju, autônomo que vive na capital.

Enquanto a população adia seu desejo de mudar através do voto, os ataques continuam dos dois lados. Os maoístas têm cerca de 15 mil militantes, além de uma rede de apoio que atinge os 60 mil, enquanto as forças oficiais contam com pouco menos de 80 mil pessoas, entre policiais e exército. ■

O drama das crianças nepalesas

As crianças do Nepal representam um dos elos mais fracos de uma sociedade sem perspectiva de médio prazo e que não conhece nada além da difícil sobrevivência

APESAR DA ATUAÇÃO DE DEZENAS DE ORGANIZAÇÕES ESTRANGEIRAS NO NEPAL, o quadro social está longe de ser tranqüilizador, o que pode comprometer o futuro da nação ou, no mínimo, impedir seu crescimento. A guerra travada entre grupos guerrilheiros e o governo impede ainda mais o desenvolvimento do país.

A Child Workers In Nepal (CWIN), entidade com sede na capital, Kathmandu, divulgou recentemente números sobre a infância no país. Essas estatísticas não são tranqüilizadoras, ao contrário, mostram que muita coisa precisa ser feita.

Em um grupo de 100 crianças, 93 delas vivem em pequenas vilas no interior, 80 têm algum tipo de imunização e 56 sofrem alguma espécie de maus-tratos. Nes-

se grupo, 40 são extremamente pobres e, das 68 que são admitidas nas escolas, somente 27 completam o primário.

A falta de oportunidades para as mulheres, resultado do sistema religioso baseado no hinduísmo, predominante em 90% da população, fica mais visível nas inscrições das escolas: são 61 meninos e apenas 39 meninas em um grupo de cem crianças. Entre os 23 milhões de habitantes, 49% são mulheres.

O trabalho infantil também é uma triste realidade. Cerca de 2,6 milhões de crianças trabalham em diversos setores da economia, mas a maioria esmagadora está na zona rural. Desse total, 40 mil possuem algum tipo de vínculo. Segundo a entidade, cinco mil crianças trabalham sem remuneração alguma ou vivem pelas ruas. O trabalho é árduo, como se fossem adultos.

As estatísticas entre as adolescentes mulheres também não são animadoras. Anualmente, entre cinco mil e sete mil da população feminina é levada para a Índia pelos traficantes de mulheres. Com uma população de 52% de menores de 18 anos, o governo local não apresenta alternativas para o futuro deles.

Os números relativos à saúde são alarmantes. Segundo os dados da CWIN, anualmente nascem 779 mil crianças, mas 78 mil morrem. Desse total, a diarréia é responsável pela morte de 45 mil. No país, existe um hospital e um especialista para um grupo de 1,2 milhão de habitantes. A morte por diarréia é explicada levando em conta o fato de apenas 37% da população ter acesso à água potável.

Efeitos da guerra civil

Desde o início da guerra entre os grupos guerrilheiros maoístas e o governo central do Nepal, em setembro de 1996, as crianças têm sido vítimas de violência de ambas as partes. Números oficiais indicam que existem pelo menos 1.500 órfãos de guerra no país, além de outras milhares de crianças com problemas em seu desenvolvimento social, físico, mental e emocional. Um total de 278 crianças sofreram diretamente os efeitos da guerra civil. As minas escondidas nas florestas tiraram as pernas de 48 menores.

Em muitas regiões do Leste e Oeste, onde a guerrilha tem maior domínio, crianças são recrutadas nas vilas sob ameaças, para integrar as milícias. Do outro lado da guerra está a polícia oficial, que somente nos últimos anos prendeu cem menores acusados de colaborarem com os guerrilheiros. (Júlio César Lima) ■



Crianças de Janakpur, na fronteira com a Índia, vendem frutas para garantir sua subsistência

Sharon em minoria

Trabalhistas rompem coalizão de governo, que perde maioria no Parlamento, obrigando o primeiro-ministro a convocar eleições para o início de 2003

Alvaro Neiva

DESDE A SAÍDA DO PARTIDO TRABALHISTA DO GOVERNO, a crise política de Israel se agravou ainda mais. Com isto, a coalizão que sustenta o primeiro-ministro Ariel Sharon ficou com apenas 55 das 120 cadeiras do Parlamento. Sharon ainda tentou se aproximar de pequenos partidos de extrema-direita mas, diante do impasse, optou por dissolver o Knesset (parlamento israelense) e convocar eleições em um prazo de 90 dias. Como a legislação israelense determina que as eleições devem acontecer em uma terça-feira, provavelmente elas serão realizadas em 28 de janeiro.

Curiosamente, apesar das divergências que existiram durante todo período da administração Sharon entre o Likud e o Partido Trabalhista em relação à política praticada nos territórios controlados pela Autoridade Nacional Palestina - uma divergência de nuances, é bem verdade - a saída dos trabalhistas do governo se deveu a um motivo menos explosivo: o orçamento de 2003. Os trabalhistas não aprovaram a alocação de 150 milhões de dólares para o assentamento de 200 mil israelenses em territórios palestinos, parte da política de fato consumado que vem sendo empregada por Sharon no conflito. Eles reivindicavam mais verbas para aposentados, desempregados e investimentos nos kibutz (fazendas coletivas). Sem conseguir chegar a um acordo, os cinco ministros trabalhistas pediram demissão. Entre os demissionários estavam dois dos principais líderes trabalhistas: Benjamin Ben-Eliezer, ex-ministro da Defesa, e o então chanceler Shimon Peres.



Benyamin Netanyahu (dir.) assumiu o Ministério das relações Exteriores no governo, mas já começou sua campanha para primeiro-ministro, criticando o governo de Sharon (esq.)

Foto: AFP

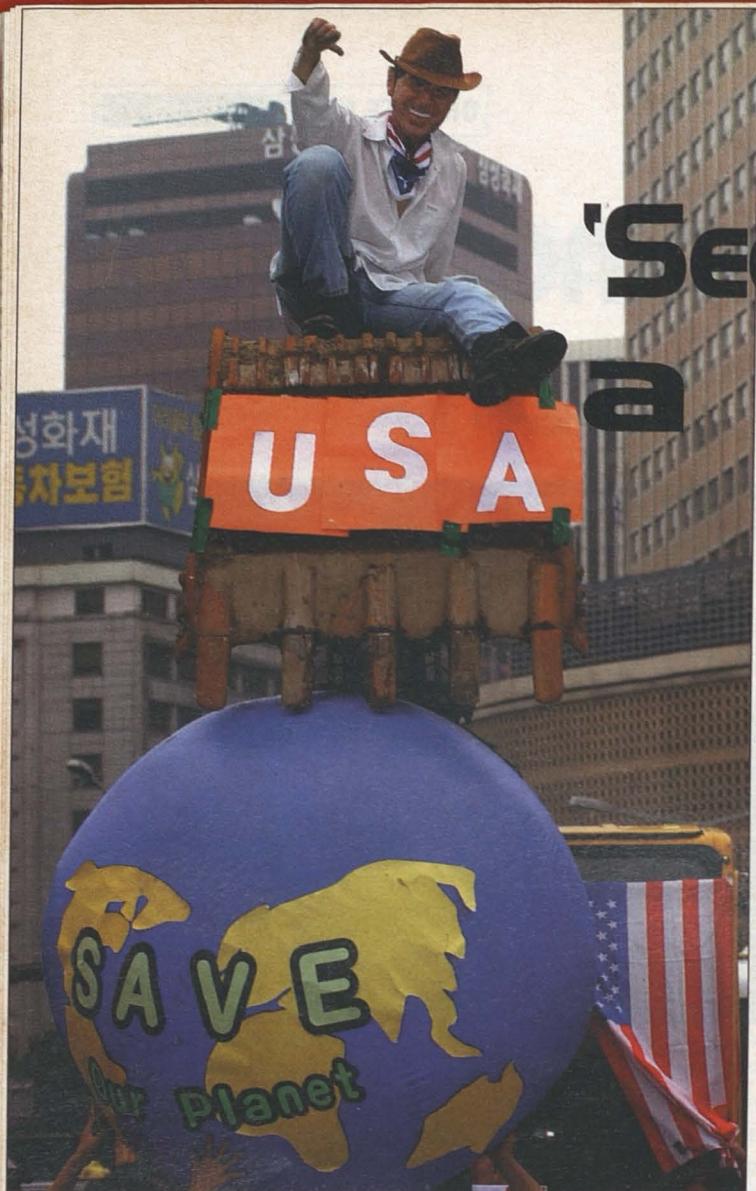
Confirmada a antecipação das eleições, Sharon escolheu entre sua estreita base de sustentação os novos membros do gabinete, na tentativa de manter alguma governabilidade. Para a pasta da Defesa, Sharon indicou Shaul Mofaz, um militar linha-dura. Nascido no Irã, Mofaz foi chefe do Estado-Maior de Israel até julho, e é acusado de crimes de guerra, como a morte de civis em operações militares. Porém, a escolha mais surpreendente foi o convite para que o ex-primeiro-ministro Benyamin Netanyahu, seu maior rival no interior do partido Likud, ocupe o cargo de chanceler. Segundo analistas, seu objetivo era tentar ao menos unificar o Likud neste período de turbulências e evitar as críticas do setor mais radical do partido, do qual Netanyahu faz parte.

Apesar de ter aceito o cargo, Netanyahu não se mostrou disposto a uma trégua com Sharon, e já comunicou que vai disputar as prévias que escolherão o candida-

to do partido nas eleições. "Haverá primárias e depois uniremos nossas forças para levar o Likud à vitória", afirmou. Netanyahu governou o país de 1996 a 1999, período em que as negociações de paz com os palestinos foram seriamente comprometidas, em função da sua intransigência.

O Partido Trabalhista, derrotado nas urnas em 2001, já escolheu seu candidato nas eleições. O general reformado e atual prefeito de Haifa, Amram Mitzna, superou nas prévias do partido Benjamin Ben-Eliezer e o sindicalista Haim Ramon.

Interessados diretos na política interna israelense, os dirigentes palestinos manifestaram sua esperança na eleição de um governo comprometido com a paz. "Esperamos que o povo israelense eleja um governo capaz de construir a paz porque os israelenses merecem dirigentes melhores que os atuais", afirmou Saeb Erakat, chefe de gabinete da Autoridade Nacional Palestina. ■



O presidente norte-americano George W. Bush foi alvo de muitas críticas pelo descaso com que tem tratado os assuntos referentes ao desenvolvimento sustentável

Carlos Tautz, de Joanesburgo

ACUPULA SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DEIXOU NO AR UMA QUANTIDADE TAL DE DÚVIDAS, que não há quem responda como solucionar as emergências globais que juntam ambiente e problemas sociais. Pois era justamente para dar essa resposta que a cúpula, realizada entre 26 de agosto e 4 de setembro em Joanesburgo, capital da África do Sul, havia sido convocada. Esperava-se dos 181 representantes governamentais que se reuniram por 10 dias no luxuoso Centro de Convenções Sandton uma avaliação dos compromissos da Rio-92.

Por isso a cúpula foi chamada Rio+10, mas Joanesburgo teve um resultado pífio. "Temos de fazer mais", reconheceu o secretário-geral da ONU, Kofi Anan, fazendo coro com o secretário da Cúpula de Joanesburgo, Nitin Desai, que admitiu: "Além do

'Seqüestraram a Cúpula'

Obstáculos impostos pelo governo norte-americano e pela OMC dificultam avanços na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, levando até mesmo a alguns retrocessos com relação às conquistas de dez anos atrás

que decidimos aqui, só os governos nacionais podem fazer".

Os governos concordaram em garantir até 2015 a redução à metade os 1,2 bilhões de pessoas que hoje não têm água potável e saneamento e os 1,8 bilhões daqueles que, não se sabe como, conseguem sobreviver com menos de um dólar por dia.

Na prática, a cúpula retrocedeu em relação à Rio-92. Há 10 anos, os cerca de 150 signatários dos cinco documentos que resultaram do Rio concordaram que os países mais ricos do planeta deveriam destinar pelo menos 0,7% do seu Produto Interno Bruto (PIB) para a ajuda humanitária dos países pobres. Em 2002, o índice era de 0,33%. A União Européia prometeu aumentá-lo para 0,37% em poucos anos.

A conjuntura internacional em que Joanesburgo ocorreu foi pior do que a confraternização planetária que se viu no Rio – e isso determinou o verdadeiro bloqueio liderado pelo governo dos Estados Unidos, mais preocupado com a possível invasão do Iraque e com as consequências do 11 de setembro de 2001. Conferências desse tipo não tomam decisões por votação. Tudo deve ser resolvido por consenso. Abstendo-se, ou negando-se a votar enquanto suas propostas não eram aceitas pelos demais países, os EUA conseguiram moldar a conferência de acordo com seus interesses.

Propostas brasileiras

O Brasil criou uma expectativa enorme de que sua principal proposta – estímulo às fontes renováveis de energia – fosse automaticamente aceita pelos demais países, exclusivamente pela razão de ser ecologicamente justa. Mas nem o presidente Fernando Henrique Cardoso reverteu esse fracasso. Ele não defendeu de forma vigorosa a proposta brasileira – para decepção dos latino-americanos, que viam no Brasil um líder natural em questões ambientais.



Os protestos da ambientalista Vandana Shiva ecoaram nas ruas de Joanesburgo e, principalmente, nas manifestações que partiram da favela Alexandra rumo ao Centro de Convenções

O Brasil queria incluir na Declaração Final da conferência que até 2010 todos os países do mundo tivessem pelo menos 10% de sua energia sendo gerada a partir de pequenas centrais hidrelétricas, que em geral causam pouco impacto ambiental, do aproveitamento dos ventos, do sol e da energia geotérmica. Mas os EUA, Japão, Canadá, Austrália e os países produtores de petróleo bloquearam a proposta. O resultado foi uma resolução que recomenda aos países incentivarem o uso de qualquer fonte “eficiente” – o que provocou indignação nas organizações ambientalistas, pois abre espaço até para a energia nuclear.

Mas o Brasil deu uma grande contribuição para que sejam repartidos de forma justa os produtos derivados da diversidade biológica do planeta – como já afirmava a Convenção da Biodiversidade, aprovada na Rio-92. Para a diplomata brasileira Maria Luiza Viotti, “a mais importante decisão da Cúpula da Terra” foi o instrumento de repartição dos benefícios decorrentes da comercialização da biodiversidade”. “Essa decisão nos possibilita voltar para nossos países e começar a discutir como seremos recompensados”, adiantou o brasileiro Sebastião Machineri, da etnia Machineri, da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica.

Prioridade para o comércio

Entre o Rio de Janeiro e Joanesburgo existe a Organização Mundial do Comércio (OMC). Sua atuação, aliada ao unilateralismo radical dos EUA, a potência global, resultaram no esvaziamento da Cúpula da Terra de 2002.

Criada dois anos após a Rio-92 para derrubar todas as barreiras ao comércio, inclusive as de ordem ambiental e social, a OMC vai no sentido contrário aos objetivos da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, entre eles a reorientação do consumo e das transações comerciais, para resguardar os recursos naturais do planeta.

Ocorre que na década de 1990 a OMC se tornou poderosa e respeitada, ainda que contestada firmemente pelos ecologistas. A OMC é de fato poderosa, mas necessita de alguma legitimidade para evitar o mesmo fim do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI).



Discutido secretamente pelos países mais enriquecidos do mundo na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico até 1998, o AMI foi retalhado e transferido para a OMC, após ter sido denunciado internacionalmente por ambientalistas. Agora, em busca da base política e jurídica que lhe permita continuar a implantar um AMI renovado, a OMC conseguiu instalar uma cabeça-de-ponte justamente em terreno adversário.

A organização Amigos da Terra contou no texto final da Rio+10 cerca de 200 referências às discussões da OMC. “Seqüestraram a cúpula”, denunciou a ambientalista indiana Vandana Shiva. O grito de Vandana foi ouvido nos quatro quilômetros que separam a miserabilíssima favela Alexandra do Centro de Convenções Sandton.

Enquanto os representantes governamentais discutiam em Sandton resoluções que abriam caminho para a privatização dos recursos hídricos e dos serviços de energia, partiram de Alexandra cerca de 40 mil manifestantes que defendiam um caleidoscópio de demandas sociais – principalmente a idéia que o acesso a cotas mínimas per capita de água e de eletricidade são direitos humanos.

Nas ruas de Joanesburgo, eles expressaram todos aqueles pontos de vista que a sociedade civil internacional tornou públicos no Rio de Janeiro, mas que pouco se ouvia nos debates oficiais na capital sul-africana. Era ali que estava a esperança. ■

Valorizando a cultura latina

Academia da Latinidade surge com o objetivo de mostrar a riqueza da tradição e da língua, e a preocupação de preservar as pluralidades culturais em tempos de globalização



Encontro entre Mohammad Khatami e o acadêmico brasileiro Cândido Mendes, durante reunião promovida pela Academia da Latinidade em Teerã

Fotos: Divulgação

Aline Beckstein

NA TENTATIVA DE RESGATAR O ESPAÇO DAS LÍNGUAS LATINAS FRENTE À HEGEMONIA DO INGLÊS, como língua que controla não só as relações de mercado, mas também as intelectuais, foi criada a Academia da Latinidade. De acordo com Cândido Mendes, secretário-geral da Academia, a proposta da entidade é “pôr em contato personalidades relevantes de cada um dos países latinos e fazer da sua troca de idéias um documento sobre o cuidado contemporâneo da Latinidade, assim como as interrogações que se põem ao humanismo do nosso tempo”.

A Academia da Latinidade foi fundada oficialmente no dia 14 de novembro de 2001, em Paris, em reunião presidida pelo ministro da Educação da França, Claude Allègre. Frederico Mayor, ex-diretor geral da Unesco, foi nomeado

para a presidência. Ela possui duas sedes: uma em Florença, na Itália, e outra no Rio de Janeiro, na Universidade Cândido Mendes.

Entre os membros fundadores encontram-se os acadêmicos brasileiros Cândido Mendes e Nélida Piñon; os escritores José Saramago, Gabriel García Márquez e Carlos Fuentes; Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano; os filósofos Gianni Vattimo e Edgar Morin, e o romeno Dan Haulica, presidente da União Latina.

“A Academia surgiu em consequência da criação do prêmio da Latinidade, da convergência da Academia Francesa e da Academia Brasileira de Letras”, esclareceu o professor Cândido Mendes. O Prêmio da Latinidade, criado em 1998, é oferecido a escritores de idiomas neolatinos vivos. Carlos Fuentes, autor de *Aura*, e Pietro Citati, crítico e ensaísta literário, foram os últimos contemplados.

A entidade mantém contatos permanentes com as Academias Francesa e Romena e com a Academia Brasileira de Letras (ABL). Também há um intercâmbio com alguns centros universitários críticos para a recuperação da Latinidade na Ásia, como a Universidade de Goa e o Centro Latino da Universidade de Macau.

O professor Enrique Larreta, membro da Academia e do Instituto de Pluralismo Cultural da Cândido Mendes, explica que o contexto da chamada globalização produz um mundo assimétrico: algumas partes dominam as outras, não só do ponto de vista econômico, mas também cultural. “Um escritor que não seja muito bom pode chegar a vender milhões publicando em Inglês. Já, por exemplo, se publica em Português, encontra dificuldade para ser lido, e muitas vezes não é traduzido.”

Nesse sentido, um dos objetivos de instituições como a Academia, segundo

Larreta, é “contribuir para que o mundo mantenha a sua pluralidade”, através tanto da promoção de escritores latinos, como das tradições culturais do mundo latino: a arte, a ciência e a perspectiva político-cultural. “Não ver o mundo só através de uma janela, que seria a janela de Washington, de Wall Street, mas também através de outras possíveis janelas”, argumenta.

Latinidade e Herança Islâmica

A Academia já promoveu seminários na Romênia, único país de língua latina no Leste europeu, no Rio de Janeiro, discutindo a relação com os países africanos de línguas latinas e um outro sobre a dimensão contemporânea da cultura latina. A última conferência, também realizada na cidade carioca, foi com representantes do Irã.

O seminário “Latinidade e Herança Islâmica” marcou o encontro entre pensadores ocidentais e iranianos, que estiveram pela primeira vez no Brasil. Mo-

hammad Masjed Jamei, diretor de assuntos culturais do Ministério do Exterior do Irã, foi o responsável pela coordenação da equipe. Estiveram presentes o filósofo Javad Tabatabai, reconhecido por sua análise internacional da Revolução Islâmica, além de diversos colaboradores da revista *Discurso*, uma das mais importantes no meio intelectual do país.

Esse encontro foi uma seqüência da reunião realizada em Teerã, capital iraniana, em março do ano passado, na qual pensadores ocidentais discutiram o tema com o presidente Khatami. “O atual programa bienal deu ênfase ao mundo islâmico, em função da mobilização pós-queda do World Trade Center, e também de uma proposta feita anteriormente por Khatami ao mundo ocidental de estabelecer uma agenda de diálogos culturais”, explicou Cândido Mendes.

O encontro abriu espaço para uma discussão política, cultural e filosófica sobre as relações entre o mundo islâmico e o ocidente. Mohammad Jamei dis-

cursou sobre como a globalização interfere no diálogo entre as religiões, fazendo com que todos nós sejamos afetados uns pelos outros, e que, na época atual, mais do que nunca, “ninguém pode gozar de paz e segurança isoladamente”. Segundo ele, a necessidade de um diálogo inter-religioso reflete a “impossibilidade da separação dos destinos das religiões”.

Farideh Mahdavi-Damghani, uma das representantes femininas do encontro, enfatizou a interligação entre a cultura do ocidente e do oriente, e criticou o fato de que, por causa de um “grupo muito limitado de criaturas”, “toda a comunidade islâmica passou a ser chamada de terrorista”.

Segundo Saideh Lotfian, cientista político iraniano, os Estados Unidos nunca irão permitir ao Irã agir livremente enquanto o país não abandonar a condição de Estado islâmico para se tornar uma nação secular. O Irã é uma República Presidencialista, regida por um sistema teocrático. Apesar de Mohammad Khatami ser o presidente, o líder supremo do país é o aiatolá Ali Khamenei, sucessor de Khomeini, líder da revolução de 1979 e fundador da República Islâmica do Irã. Constitucionalmente, a mais alta autoridade política e espiritual.

Khatami é o político mais popular do país, com grande apoio da população. Ele foi reeleito em 2001 com 77% dos votos, superando os 70% de 1997. Sua vitória, consolidada pelos votos dos estudantes e mulheres, foi um reflexo do desejo de mudanças na sociedade depois de mais de duas décadas de regime islâmico.

O presidente, contudo, vem enfrentando obstáculos impostos pelos conservadores para implementar seu programa de reformas, acabando por decepcionar uma boa parcela de seus eleitores. Khatami, por sua vez, representa um pilar de sustentação para o regime islâmico porque garante ao governo legitimidade popular. ■



Intolerância em ascensão

Relator da ONU para Direitos Humanos exortou 16 países, entre eles os Estados Unidos, a investigar denúncias de intolerância contra indivíduos ou grupos pertencentes a minorias étnicas ou religiosas

Thalif Deen

O RELATOR ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DIREITOS HUMANOS, ABDELFATTAH AMOR, dirigiu cartas à Arábia Saudita, Azerbaijão, Bangladesh, Myanmar/Birmânia, China, Egito, Estados Unidos, Geórgia, Índia, Indonésia, Nigéria, Paquistão, Moldova, Turquia, Turcomenistão e Zimbábue, em função das inúmeras denúncias de violações aos direitos humanos.

Desde os atentados de 11 de setembro em Nova Iorque e Washington, a ONU recebeu denúncias de 520 agressões nos Estados Unidos a árabes muçulmanos ou pessoas confundidas com eles.

Houve 27 casos confirmados de árabes que foram expulsos de aviões, durante ou depois do embarque, porque sua aparência desagradava a outros passageiros. Também foram registrados centenas de casos de discriminação no trabalho a norte-americanos muçulmanos ou pertencentes a minorias, muitos chegando a serem despidos, assinalou Amor em um informe da Assembléia Geral.

Enquanto isto, o Departamento de Justiça elaborou um lista com cerca de 5.000 pessoas com quem deseja dialogar, "a maioria delas escolhida com base em seu grupo étnico ou religioso", segundo o informe. O FBI identificou no ano passado essas pessoas para convocá-las a "entrevistas voluntárias", com o fim descobrir informações sobre a Al-Qaeda e outros grupos terroristas considerados responsáveis pelos ataques de 11 de setembro em Nova York e Washington. O relator também recebeu diversas denúncias sobre detenções arbitrárias e prolongadas, privação ao direito de assistência jurídica e prisões não comunicadas.

Em respostas às acusações, o governo norte-americano afirmou que o Departamento de Justiça tomou "medidas imediatas" para deter os crimes de discriminação contra árabes, muçulmanos e siks, que apesar de serem hindus são confundidos com árabes por usarem turbantes.

A ONU também recebeu graves denúncias contra o governo da China, especialmente de membros do movimento espiritual Falun Gong, proibido por Beijing como "seita política", e da Igreja Protestante da China Meridional. O informe de Amor sustenta que



Foto: AFP

Mulheres muçulmanas rezam pelas vítimas dos atentados de 11 de setembro, em um Centro Islâmico, em Los Angeles. Após os atentados, o Centro teve que receber proteção policial, por ter recebido inúmeras ameaças de vingança

361 membros da Falun Gong morreram sob custódia policial, 80 deles em decorrência de torturas, entre outubro de 2001 e janeiro deste ano. Também estima-se que aproximadamente 100.000 praticantes do movimento estão detidos e que outros 20.000 foram enviados a campos de trabalho forçado, sem julgamento prévio, o que foi qualificado por Beijing como "reeducação mediante o trabalho de acordo com a lei".

As acusações contra o Egito foram feitas principalmente por cristãos, que denunciaram ataques a seus membros e às igrejas. O governo egípcio detalhou em sua resposta uma série de medidas adotadas para restaurar a segurança, ações judiciais contra suspeitos e esforços para reconciliar as comunidades.

O informe também destacou a violência descomunal no estado de Gujarat, na Índia, entre fevereiro e abril deste ano. A onda de violência, desencadeada com um incêndio a um trem que transportava ativistas hindus deixou cerca de 2.000 mortos e 150.000 feridos, em sua grande maioria muçulmanos.

A Índia respondeu relembrando suas normas constitucionais e medidas especiais para a proteção das minorias, ainda que o governo estadual de Gujarat tenha sido acusado de permitir e inclusive estimular a perseguição contra os muçulmanos, com o consentimento do governo federal. ■

Paradoxos

Ao longo da história, sempre houve contradições, mas hoje a civilização caminha em um rumo que aponta para a inviabilidade da vida no planeta

Eduardo Galeano*

AMETADE DOS BRASILEIROS É POBRE OU MUITO POBRE, mas o país de Lula é o segundo mercado mundial das lapiseiras Montblanc e o nono comprador de carros Ferrari, e as lojas Armani de São Paulo vendem mais que as de Nova Iorque.

Pinochet, o algoz de Allende, rendia homenagem à sua vítima cada vez que falava do “milagre chileno”. Ele nunca o confessou, nem tampouco os governantes democráticos que vieram depois, quando “o milagre” se converteu em “modelo”: que seria do Chile se não fosse chileno o cobre, base da economia, que Allende nacionalizou e que nunca foi privatizado?

Na América nasceram, não na Índia, nossos índios. Também o Peru e o milho

nasceram na América, e não na Turquia, mas a língua inglesa chama de turkey o Peru, e a língua italiana chama de granturco o milho.

O Banco Mundial elogia a privatização da Saúde Pública na Zâmbia: “É um modelo para a África. Já não existem filas nos hospitais.” O jornal *The Zambian Post* completa a idéia: “Já não há filas nos hospitais, porque as pessoas morreram em casa.”

Há quatro anos, o jornalista Richard Swift chegou aos campos do oeste de Gana, onde se produz cacau barato para a Suíça. Na mochila, o jornalista levava algumas barras de chocolate. Os plantadores de cacau nunca haviam provado o chocolate. Eles ficaram encantados.

Os países ricos, que subsidiam sua agricultura a um ritmo de milhões de dólares por dia, proíbem os subsídios à agricultura dos países pobres. Colheita recor-

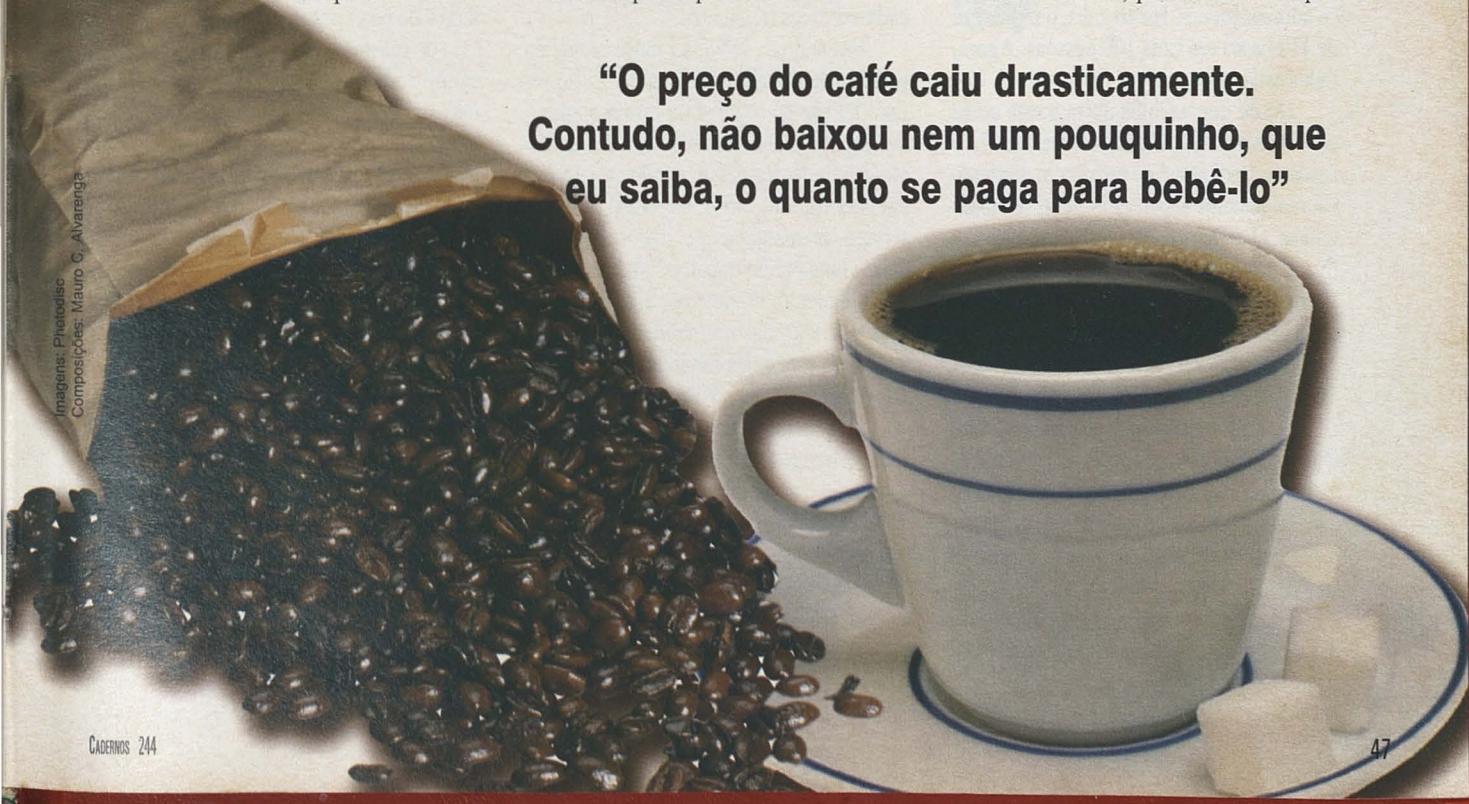
de às margens do rio Mississipi: o algodão norte-americano inunda o mercado mundial e derruba o preço. Colheita recorde às margens do rio Niger: o algodão africano paga tão pouco que nem vale a pena recolhê-lo.

As vacas do Norte ganham o dobro que os camponeses do Sul. Os subsídios que recebe cada vaca na Europa e nos Estados Unidos são o dobro da renda média anual de um camponês nos países pobres.

Os produtores do Sul se apresentam desunidos no mercado mundial. Os compradores do Norte impõem preços de monopólio. Desde 1989, quando a Organização Internacional de Café morreu e acabou o sistema de cotas de produção, o preço do café caiu drasticamente. Nestes últimos tempos, pior do que nunca: na América Central, quem semeia café colhe fome. Mas não baixou nem um pouquinho, que eu saiba, o quanto se paga para bebê-lo.

Carlos Magno, criador da primeira grande biblioteca da Europa, era analfabeto. Joshua Slocum, primeiro homem que

“O preço do café caiu drasticamente. Contudo, não baixou nem um pouquinho, que eu saiba, o quanto se paga para bebê-lo”





“Os famintos comem lixo nas lixeiras; os obesos comem lixo no McDonald’s”

deu a volta ao mundo navegando sozinho, não sabia nadar.

Existem no mundo tantos famintos como obesos. Os famintos comem lixo nas lixeiras; os obesos comem lixo no McDonald's.

O progresso aumenta. Rarotonga é a mais próspera das ilhas Cook, no Pacífico Sul, com assombrosos índices de crescimento econômico. Todavia, mais assombroso é o crescimento da obesidade entre os homens jovens. Há 40 anos, o índice era de 11 obesos em cada 100 pessoas. Agora, todos estão gordos.

Desde que a China abriu a esta coisa que chamam “economia de mercado”, o cardápio tradicional de arroz com verduras foi rapidamente substituído pelos hambúrgueres. O governo chinês não teve alternativa e declarou guerra à obesidade, transformada em epidemia nacional. A campanha contra o mal difunde o exemplo do jovem Liang Shun, que emagreceu 115 quilos no ano passado.

A frase mais famosa atribuída a Dom Quixote (“Ladram, Sancho, sinal que caívalgamos”) não aparece no livro de Cervantes; Humphrey Bogart não diz a frase mais famosa atribuída ao filme *Casablanca* (“Toque novamente, Sam”).

Ao contrário do que se acredita, Ali Babá não era o chefe dos 40 ladrões, mas

sim seu inimigo; e Frankenstein não era o monstro, mas sim seu involuntário inventor.

À primeira vista, parece incompreensível, e à segunda vista, também: onde mais avança o progresso, mais horas trabalham as pessoas. A doença pelo excesso de trabalho leva à morte. Em japonês é chamada de *karoshi*. Agora, os japoneses estão incorporando outra palavra ao dicionário da civilização tecnológica: *karojsatsu* é o nome dos suicídios por hiperatividade, cada vez mais freqüentes.

Em maio de 1998, a França reduziu a jornada de trabalho de 39 para 35 horas. Essa lei não só se mostrou eficaz contra o desemprego, como também deu um exemplo de rara lógica nesse mundo que perdeu um parafuso, ou vários, ou todos: para que servem as máquinas se não reduzem o tempo humano de trabalho? Mas os socialistas perderam as eleições, e a França retornou à anormal normalidade do nosso tempo. Já está evaporando a lei que havia sido ditada pelo senso comum.

A tecnologia produz melancias quadradas, frangos sem penas e mão-de-obra sem carne e osso. Em muitos hospitais dos Estados Unidos, os robôs cumprem tarefas de enfermaria. Segundo o jornal *The Washington Post*, os robôs trabalham 24 horas por dia, mas não podem tomar decisões, porque carecem de sentido comum:

um involuntário retrato de funcionário padão no mundo que vem.

Segundo os evangelhos, Cristo nasceu quando Herodes era rei. Como Herodes morreu quatro anos antes da era cristã, Cristo nasceu pelo menos quatro anos antes de Cristo.

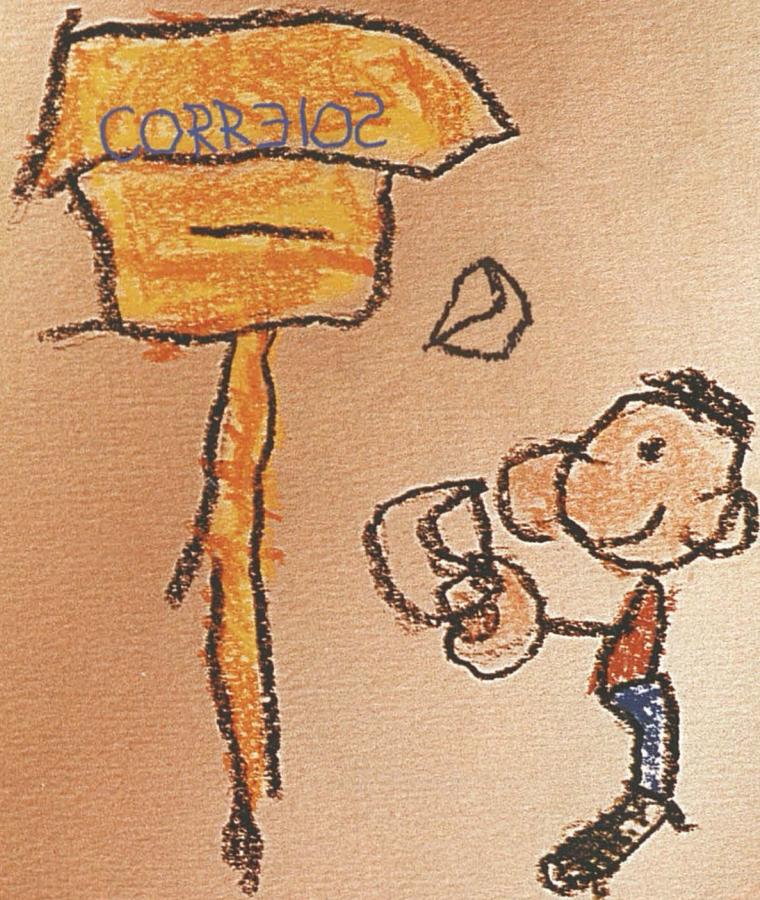
Com trovoadas de guerra se celebra, em muitos países, o Natal. Noite de paz, noite de amor: as rajadas enlouquecem os cães, deixam surdos os homens e as mulheres de boa vontade.

A suástica, que os nazistas identificaram com a guerra e com a morte, já foi um símbolo de vida na Mesopotâmia, Índia e América.

Quando George W. Bush propôs cortar os bosques para acabar com os incêndios florestais, não foi compreendido. O presidente parecia um pouco mais incoerente do que o costume. Mas ele estava sendo coerente com suas idéias. São seus santos remédios: para acabar com a dor de cabeça, deve-se decapitar o doente; para salvar o Iraque, vamos bombardeá-lo até que vire um purê.

O mundo é um grande paradoxo em que gira o universo. No ritmo que as coisas andam, daqui a pouco os proprietários do planeta proibirão a fome e a sede, para que não falte o pão nem a água. ■

*Publicado originalmente em 'La Jornada'



ÁRVORE DE NATAL

Para nossas crianças,
os cartões UNICEF são os verdadeiros presentes de Natal.

Compre cartões de Natal UNICEF para sua empresa. São dezenas de modelos à sua escolha, com opção de personalizar os cartões com sua marca e textos. Cartões de Natal UNICEF. Ajudam a melhorar as vidas de nossas crianças e a imagem da sua empresa.

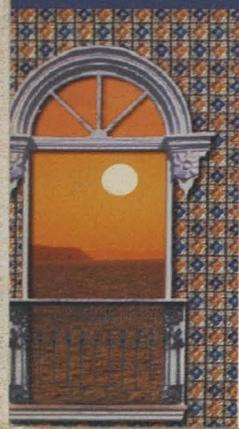


Fundo das Nações Unidas para a Infância
(11) 3673 - 9722 0800 21 8407
www.unicef.org.br

ELA JÁ ENCANTOU FRANCESES,
HOLANDESES E PORTUGUESES.
AGORA VAI ENCANTAR VOCÊ.



IMAGINE



Você tem muitos motivos para se encantar por São Luís: encantos do passado, encantos da natureza, encantos da cultura popular, encantos do Carnaval, encantos do São João, encantos de poesia, encantos de amor, encantos feitos à mão, encantos que vão à mesa, encantos que vão além da imaginação. E em cada encanto, uma história. Em cada história, um lugar. Em cada lugar, um grande encanto. Venha se encantar!

São Luís
ILHA DE ENCANTOS

Prefeitura
SÃO LUÍS
compromisso e ação